40 ANOS FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A CITRICULTURA EM SÃO PAULO

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS
AGROANALYSIS

VOLUME 8 N.º 8 AGOSTO DE 1984

IMPRESSO

FGV-EAESP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

(ENVIAR 4 EXEMPLARES)

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

NOTA DA EDIÇÃO

A perda da memória nacional vem sendo freqüentemente apontada, mormente no que se refere às tradições populares e à preservação do vasto patrimônio cultural do país, porém, seu alcance é bem mais longo, envolvendo quase todas as atividades. Muito se tem falado, por exemplo, sobre a virulência da atual crise econômica, mas deixam bastante a desejar os indicadores disponíveis e capazes de servirem como lições de períodos críticos vividos no passado, tanto no Império quanto na República Velha.

Nas análises da evolução do Setor Agrícola só raramente se destacam suas inevitáveis interações com o restante da economia ou seu processo de transformação. A perda de peso relativo do Setor que, em 1939, empregou 2/3 da população brasileira economicamente ativa e gerou 1/3 do **PIB**, *foi o resultado de décadas de orientação governamental voltada prioritariamente para a acumulação urbano-industrial, o que demonstra, em última instância, uma racionalidade na formulação das políticas agrícola e industrial ao longo do tempo.*

Num estágio mais recente da evolução econômica do país, a imbricação dos interesses econômicos rurais e urbanos engendrou a expansão de vastos complexos agroindustriais, que permitem à agricultura cumprir importante papel nos caminhos buscados para a superação da crise. A rapidez com que ocorreram, no entanto, trouxe novos problemas, expressos em conflitos diversos. Exemplo recente foi a forte reação dos colhedores de laranja da área mais sofisticada da citricultura brasileira, em São Paulo, às condições adversas de trabalho.

A matéria de capa desta edição versa sobre a presença, em território paulista, de importante complexo da lavoura e indústria, que colocou o país em nível destacado na produção internacional de suco cítrico. É necessário que se observem a gênese e a evolução de uma atividade econômica como um mosaico, cujas peças, embora encaixadas, poderão assumir diferentes posições ao longo do tempo. Uma análise das variáveis envolvidas constitui condição **sine qua non** *para o equacionamento e posterior solução dos problemas da atividade e seu exercício constante impede que se percam no passado experiências acumuladas.*

Em razão do relativo desconhecimento dos mercados internacionais de frutas tropicais, também se inserem comentários de técnicos especializados sobre a produção e comercialização dos sucos de caju e de maracujá.

O próximo número de **Agroanalysis** *tratará das perspectivas do plantio da safra 1984/85, procurando refletir a posição dos agricultores e seus órgãos de representação, diante dos instrumentos de política agrícola – VBC e preços básicos – divulgados no mês de agosto e geradores de fundamentada expectativa, diante do expressivo corte nos recursos financeiros que estarão disponíveis.*

SUMÁRIO

CITRICULTURA EM SÃO PAULO . . 2

PRODUTOS VEGETAIS

- Soja 11

PRODUTOS INDUSTRIAIS

- Açúcar 13

ENSAIOS ESPECIAIS

- Caju 16
- Suco de Maracujá 19

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 21

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

- Frutas Selecionadas 24

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS

- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

CITRICULTURA EM SÃO PAULO

O SUCO DE LARANJA BRASILEIRO OCUPA UMA POSIÇÃO DESTACADA NO MERCADO MUNDIAL. A EVOLUÇÃO RECENTE DA PRODUÇÃO CITRÍCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO É O OBJETO DESTE ESTUDO, EM QUE SE PROCURA, TAMBÉM, COMENTAR AS TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO E DO MERCADO INTERNACIONAL, NOS PRÓXIMOS ANOS.

O aumento da demanda internacional pelo suco concentrado de laranja, nas décadas de 60 e 70, beneficiou sobremaneira a citricultura paulista, que se expandiu, provocando profundas alterações sócio-econômicas na tradicional área de concentração da lavoura, situada nos limites das Divisões Regionais Agrícolas de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (ver Quadro 01 e Mapa 01).

A produção paulista, que era de 14,4 milhões de caixas de laranja em 1960, alcançou 44,4 milhões em 1970, mais do que triplicando, portanto, no período. Na década de 70, o crescimento foi ainda mais acentuado, colhendo-se o equivalente a 166,8 milhões de caixas, em 1980. A partir de então, as taxas de crescimento declinaram acentuadamente, como conseqüência direta da saturação do mercado externo, do esgotamento de áreas adequadas disponíveis, da expansão acelerada da cana-de-açúcar e da redução dos preços recebidos pelo citricultor. No qüinqüênio de 1975–80, a produção cresceu 93%, um bom desempenho, mas que, praticamente, vinha-se mantendo desde 1965. No período 1980–85, o acréscimo deverá situar-se em torno de 65%, refletindo as limitações mencionadas.

No biênio 1978–79, houve o maior crescimento de pomares novos, pois foram plantados cerca de 24 milhões de pés. A partir de 1980, o plantio vem sendo feito a taxas pouco superiores à de renovação dos pomares, mantendo-se um aumento moderado mas constante.

A instalação de um moderno parque industrial de extração e concentração de suco, que inclui avançado sistema de refrigeração e até dutos para embarque, veio garantir o seguro escoamento das safras e o atendimento da demanda internacional.

QUADRO 01 – SÃO PAULO – PRODUÇÃO DE LARANJA, SEGUNDO AS DIVISÕES REGIONAIS AGRÍCOLAS – SAFRAS 1981/82, 1982/83 E 1983/84

DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA	1981/82			1982/83			1983/84 (1)		
	PÉS NOVOS (mil pés)	PÉS EM PRODUÇÃO (mil pés)	PRODUÇÃO (mil caixas)	PÉS NOVOS (mil pés)	PÉS EM PRODUÇÃO (mil pés)	PRODUÇÃO (mil caixas)	PÉS NOVOS (mil pés)	PÉS EM PRODUÇÃO (mil pés)	PRODUÇÃO (mil caixas)
São Paulo	10	420	1.070	20	400	940	20	350	805
Vale do Paraíba	10	150	280	10	170	300	5	145	270
Sorocaba	170	2.280	5.840	130	2.300	6.000	165	2.280	5.950
Campinas	4.920	23.000	46.860	4.560	24.000	52.000	3.780	23.710	52.170
Ribeirão Preto	9.120	42.750	80.460	7.330	46.250	79.000	6.730	46.190	80.980
Bauru	250	670	1.530	200	800	1.880	130	800	2.015
São José do Rio Preto	4.790	18.000	46.400	5.680	19.700	47.000	5.785	21.290	52.930
Araçatuba	120	540	1.280	110	550	1.210	125	540	1.425
Presidente Prudente	10	40	70	20	30	40	30	30	45
Marília	10	320	620	10	250	480	10	265	490
ESTADO	19.410	88.170	184.410	18.070	94.450	188.850	16.780	95.600	197.080

FONTE – IEA – Cati.
(1) Estimativa.

SÃO PAULO - ÁREAS DE PRODUÇÃO DE LARANJA

MAPA 01



FONTE — A Citricultura em São Paulo – Antônio Ambrósio Amaro, IEA

A geada que, em 1962, afetou severamente os pomares da Flórida e a conseqüente valorização do preço do suco concentrado de laranja no mercado internacional, estimularam a instalação da indústria processadora de laranjas no Brasil. Em 1963, as exportações atingiram 5 mil t de suco, com uma receita superior a US$ 2 milhões. Destaque-se que, desde o início, a produção brasileira voltou-se quase que unicamente para o mercado externo, logo conquistando os mercados da Europa Ocidental e dos **EUA**, que ainda hoje são os principais importadores. O baixo consumo de suco no mercado interno pode ser explicado, dentre outras razões, pelos hábitos da população, seu reduzido poder de compra e pela ausência de campanhas publicitárias incentivadoras do consumo. Freqüentemente, aliás, o suco oferecido no mercado interno é de qualidade inferior.

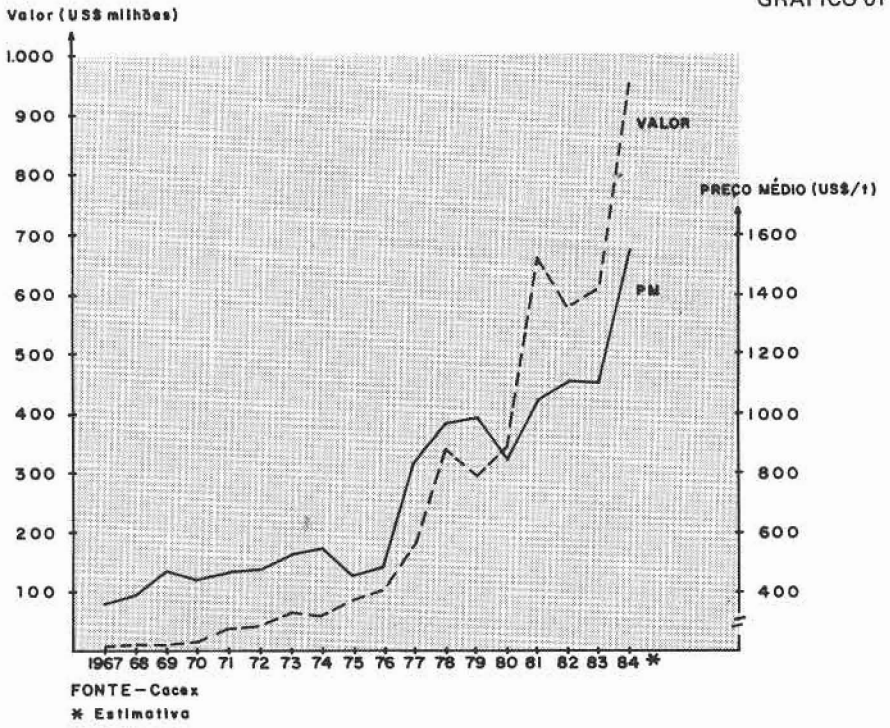
No período 1974–76, registrou-se grave crise econômico-financeira no complexo agroindustrial, advinda das medidas restritivas impostas às importações pelos países da **CEE**, às voltas com desequilíbrios em suas balanças comerciais, afetadas pela substancial elevação dos preços mundiais do petróleo. Constituiu-se, então, elevado estoque de suco invendável naquele momento. Duas das principais empresas tiveram suas atividades suspensas: a **Sanderson** (de Bebedouro) e a **Citrossuco Paulista** (de Matão). A falência da **Sanderson**, após várias negociações, resultou na sua aquisição pelo governo paulista e agora, administrada por uma cooperativa de produtores, transformou-se na **Frutesp**. A **Citrossuco**, acusada de praticar subfaturamento, teve posteriormente suas atividades liberadas.

Em 1982, o parque industrial instalado contava com uma capacidade de moagem de cerca de 220 milhões de caixas de laranja. Sua expansão deu-se a taxas elevadas, nos últimos dez anos, visto que, em 1970, apenas 75 extratoras estavam em operação, número que chegou a 350, em 1978, e a 450, dois anos depois. O complexo industrial apresenta uma configuração oligopólica, uma vez que quatro empresas — **Cutrale, Citrossuco, Cargill** e **Frutesp** — detêm cerca de 80% da capacidade de moagem. As demais indústrias existentes no que se poderia denominar de **cinturão da laranja** são responsáveis pela produção dos 20% restantes. Nos últimos quatro anos, instalaram-se três novas pequenas empresas, que deverão disputar uma fatia da já reduzida parcela das indústrias menores, pois dificilmente estas unidades serão capazes de se apropriarem de parte do mercado das quatro grandes.

As exportações de suco concentrado de laranja que, desde 1968, colocaram o Brasil como líder no mercado internacional do produto, tiveram ao longo dos anos enorme expansão (ver Gráfico 01). A contínua valorização das cotações externas (ex-

BRASIL – SUCO CONCENTRADO DE LARANJA
EVOLUÇÃO DA RECEITA E DO PREÇO MÉDIO DA EXPORTAÇÃO
1966—84

GRÁFICO 01



FONTE – Cacex
* Estimativo

QUADRO 02 – SÃO PAULO – PRODUÇÃO DE LARANJA SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA CULTIVADA – 1980

GRUPOS DE ÁREA (ha)	QUANTIDADE (1.000 frutos)	ÁREA COLHIDA (ha)	RENDIMENTO (frutos/ha)	PÉS QUE PRODUZIRAM	RENDIMENTO (frutos/pé)	PÉS NOVOS Total	PÉS NOVOS Plantados em 1980	TOTAL DE PÉS PLANTADOS[1]	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1.000)
10 a menos de 100	11.753.126	132.569	88.657	34.086.272	345	9.637.906	3.707.800	45.081.646	5.179.828
10 a menos de 20	1.637.368	19.314	84.776	5.534.476	296	1.318.213	501.105	7.161.198	733.868
20 a menos de 50	5.185.602	58.527	88.602	15.219.378	341	4.427.520	1.776.576	20.251.734	2.282.886
50 a menos de 100	4.930.154	54.727	90.086	13.332.418	370	3.892.173	1.430.119	17.668.714	2.163.072
100 a menos de 1.000	16.291.810	171.470	95.013	39.682.702	411	11.640.458	4.391.330	52.599.256	7.324.365
100 a menos de 200	5.114.846	55.546	92.083	13.090.855	391	3.666.595	1.356.156	17.279.367	2.299.432
200 a menos de 500	7.039.479	74.750	94.174	17.009.641	414	5.432.712	2.153.448	22.978.591	3.200.876
500 a menos de 1.000	4.137.483	41.173	100.490	9.582.206	432	2.541.151	881.726	12.341.298	1.824.056
1.000 a menos de 10.000	3.630.029	36.295	100.015	8.019.340	453	2.559.544	1.032.142	11.122.784	1.834.274
1.000 a menos de 2.000	2.146.596	22.339	96.092	5.241.136	410	1.166.437	637.208	6.780.053	1.002.456
2.000 a menos de 5.000	1.384.144	12.323	112.322	2.424.112	571	1.106.703	373.484	3.702.167	764.576
5.000 a menos de 10.000	99.288	1632	60.838	354.092	280	286.404	21.450	640.564	67.242
SUBTOTAL DOS GRUPOS	31.674.965	340.334	93.070	81.788.314	387	23.837.908	9.131.272	108.803.686	14.338.467
TOTAL SÃO PAULO	32.223.243	347.771	92.656	84.086.631	383	24.413.250	9.346.000	111.882.298	14.609.726

FONTE – Censo Agropecuário – 1980.

(1) Somatório do total de pés novos mais total de pés em idade produtiva.

ceto nos anos de 1970, 1975 e 1980) gerou acentuado aumento das receitas, que também se elevaram em virtude da expansão das quantidades exportadas, a partir de 1963.

As geadas de 1981, 1982 e 1983 que afetaram os pomares da Flórida, além de terem possibilitado o escoamento de todo o estoque brasileiro de suco, favorecerão, ainda este ano, uma exportação recorde, com uma receita estimada em US$ 950 milhões. A agroindústria da laranja desfruta hoje de invejável situação, porque tem larga capacidade de processamento e, assim, é capaz de suprir a lacuna deixada pelas quebras das safras norte-americanas, aproveitando-se, além disso, da elevação verificada nos preços externos. Vale lembrar, porém, que esse aumento dos preços poderá acarretar queda no consumo final dos **EUA**. Igualmente se deve considerar que a manutenção ou a subida das atuais cotações por um período, por exemplo, de dois anos, poderá estimular a entrada de outros países no mercado. A África do Sul, México e Cuba possuem planos para a implantação e desenvolvimento de indústrias nativas processadoras de laranjas. Israel, hoje um dos principais concorrentes, devido aos elevados custos de sua matéria-prima, tem reduzido, ao longo dos últimos anos, sua produção de laranja. A Espanha, ao efetivar sua entrada na **CEE**, poderá viabilizar um plano de industrialização, devido ao tratamento preferencial que irá receber nas suas vendas dentro da Comunidade.

Conforme referência anterior, a acentuada expansão da lavoura e da industrialização da laranja em São Paulo, nas últimas décadas, trouxe profundas modificações à área compreendida pelas **Diras** de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, onde se colhem atualmente 95% do total produzido no estado (ver Quadro 01). Podem ser destacadas, dentre as mudanças, o cultivo de grande extensão contínua, com imensos pomares, e a demanda crescente de trabalhadores volantes, originários, em grande parte, dos centros urbanos regionais.

A estrutura organizacional da indústria da laranja promoveu, ainda, alterações nas relações de trabalho na fase de colheita dos laranjais, operação que passou a ser feita através de empreiteiros contratados pelas indústrias. A cultura da cana-de-açúcar, que também se expandiu na área, com a criação do **Proálcool**, passou a concorrer com a citricultura na contratação da mão-de-obra volante, uma vez que a agroindústria açucareira utiliza o mesmo sistema de contrato para o corte da cana.

Atualmente, a comercialização e a distribuição da produção de laranja, no estado de São Paulo, são quase totalmente controladas pelas indústrias que, uma vez abastecidas, encarregam-se de suprir os intermediários com a fruta **in natura**. A mudança do controle da distribuição de laranja, verificada nos últimos treze anos, eliminou praticamente a figura do **caminhoneiro**, agente que comprava a fruta diretamente na fazenda para vender nos centros urbanos.

QUADRO 03 – SÃO PAULO – PRODUÇÃO DE LARANJA SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA CULTIVADA – 1975

GRUPOS DE ÁREA (ha)	QUANTIDADE (1.000 frutos)	ÁREA COLHIDA (ha)	RENDIMENTO (frutos/ha)	PÉS QUE PRODUZIRAM	RENDIMENTO (frutos/pé)	PÉS NOVOS Total	PÉS NOVOS Plantados em 1975	TOTAL DE PÉS PLANTADOS[1]	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1.000)
10 a menos de 100	6.193.719	79.474	77.934	24.008.868	258	10.208.745	3.168.890	35.574.259	302.987
10 a menos de 20	1.024.719	13.842	74.030	4.515.562	227	1.459.205	480.989	6.223.191	53.805
20 a menos de 50	2.640.777	34.468	76.615	10.480.528	252	4.477.296	1.362.283	15.558.582	126.886
50 a menos de 100	2.528.224	31.164	81.126	9.012.778	281	4.272.244	1.325.618	13.792.483	122.296
100 a menos de 1.000	8.125.438	87.161	93.223	26.030.783	312	13.992.985	5.746.630	40.940.607	412.721
100 a menos de 200	2.541.889	28.625	88.800	8.216.747	309	4.974.132	1.707.364	13.540.406	121.757
200 a menos de 500	3.491.261	37.625	92.791	11.181.681	312	5.351.781	2.212.617	16.919.667	184.231
500 a menos de 1.000	2.092.289	20.912	100.052	6.532.355	315	3.667.072	1.826.649	10.480.534	106.733
1.000 a menos de 10.000	1.875.538	14.960	125.370	5.035.716	372	3.110.616	1.091.624	8.296.316	113.459
1.000 a menos de 2.000	1.55.454	10.721	107.775	3.649.870	317	2.308.455	1.018.235	6.085.806	68.636
2.000 a menos de 5.000	455.643	3.591	126.885	940.252	485	622.011	56.454	1.584.158	26.633
5.000 a menos de 10.000	264.442	648	408.090	445.594	593	180.150	16.935	626.352	18.189
SUBTOTAL DOS GRUPOS	16.194.695	181.595	89.180	55.075.367	294	27.312.346	10.007.144	84.811.182	829.167
TOTAL SÃO PAULO	16.688.021	188.163	88.689	57.534.270	290	27.985.742	10.288.837	88.098.719	863.068

FONTE – Censo Agropecuário – 1975.

[1] Somatório do total de pés novos mais total de pés em idade produtiva.

Segundo o **Censo Agropecuário** de 1980, de uma produção de 32 bilhões de frutas, 80% foram destinados à indústria. Na área colhida nesse ano (347,8 mil ha), obteve-se um rendimento médio de 92.656 frutas/ha, 4,5% superior ao de 1975. O número total de pés plantados (111,9 milhões) pouco evoluiu no período posterior, chegando a 112,4 milhões, em 1984 (ver Quadro 02).

A produção, de acordo com os **Censos Agropecuários** de 1970, 1975 e 1980, concentra-se em dois grandes grupos de área: de 10 ha a menos de 100 ha e de 100 ha a menos de 1.000 ha. Nos estabelecimentos compreendidos nestas faixas, eram cultivados 84% da produção estadual, em 1980 (ver Quadros 02, 03 e 04). A faixa de 1.000 ha a menos de 10.000 ha, que responde por 10% da produção, embora apresente os maiores rendimentos por área cultivada e por pé, manteve praticamente constante sua participação ao longo dos levantamentos censitários (ver Quadros 02, 03 e 04).

A distribuição da produção por municípios (ver Quadros 05, 06 e 07), de acordo com os **Censos Agropecuários** citados, mostra, com destaque, os municípios de Bebedouro e Limeira, responsáveis naquelas datas por 30%, 22% e 13% da produção estadual, respectivamente. O declínio reflete a estagnação da produção de Limeira no decênio 1970–1980, visto que a produção de Bebedouro mais do que dobrou no período. Em 1975, os municípios de Monte Azul Paulista, Taquaritinga, Araras, Artur Nogueira e Araraquara eram também importantes produtores, respondendo por 23% da colheita estadual. Cabe destacar que, em Bebedouro, registraram-se rendimentos agrícolas sempre superiores aos de Limeira, embora tenham apresentado significativa queda no período 1970–75 (ver Quadros 05, 06 e 07). O qüinqüênio 1975–80 marca a estagnação da produção em Limeira e a ascensão de Monte Azul Paulista como o segundo município produtor do estado (ver Quadro 05), respondendo juntamente com Bebedouro, por 15% da produção estadual. O aumento obtido nos rendimentos físicos por árvore em alguns municípios, principalmente Monte Azul Paulista, Pitangueiras e Cajobi, mostra que a produtividade média da citricultura paulista ainda pode evoluir bastante, alcançando uma média superior a 2,5 caixas/pé (ver Quadro 05).

No que tange aos preços recebidos pelos produtores (ver Gráfico 02), o período pós–68 pode ser dividido em duas partes: 1968–73 e 1974–84. A primeira, marcada por elevados preços, quando a comercialização das safras era feita na base de **pomares fechados** (antes do desenvolvimento da fruta), fazendo com que a indústria se tornasse sócia dos riscos de produção. O rendimento agrícola se manteve praticamente constante, desde meados da década de 60 até 1979. A média do período 1968–73 oscilou em torno de 1,8 caixa de laranja por pé, somente chegando a 2 caixas/pé no ano de 1980. Segundo estimativa do **Instituto de**

QUADRO 04 – SÃO PAULO – PRODUÇÃO DE LARANJA SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA CULTIVADA – 1970

GRUPO DE ÁREA (ha)	QUANTIDADE (1.000 frutos)	ÁREA COLHIDA (ha)	RENDIMENTO (frutos/ha)	PÉS QUE PRODUZIRAM	RENDIMENTO (frutos/pé)	TOTAL DE PÉS NOVOS	TOTAL DE PÉS PLANTADOS[1]	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1.000)
10 a menos de 100	3.145.491	45.221	69.558	12.360.800	254	9.439.170	22.712.910	58.697
10 a menos de 20	666.508	9.831	67.797	2.841.403	235	1.949.111	5.022.469	12.940
20 a menos de 50	1.370.049	19.760	69.334	5.417.781	253	3.975.979	9.756.400	25.159
50 a menos de 100	1.108.934	15.630	70.949	4.101.616	270	3.514.080	7.935.041	20.598
100 a menos de 1.000	3.922.661	48.318	81.184	11.267.140	348	9.475.482	21.330.589	76.969
100 a menos de 200	1.174.522	14.873	78.970	3.688.123	318	3.118.964	7.050.833	21.942
200 a menos de 500	1.684.710	21.540	78.213	4.922.104	342	4.468.717	9.676.000	32.715
500 a menos de 1.000	1.063.429	11.906	89.319	2.656.913	400	1.887.801	4.603.756	22.311
1.000 a menos de 10.000	933.661	10.722	87.079	2.031.857	460	1.564.761	3.622.241	17.823
1.000 a menos de 2.000	773.233	8.056	95.982	1.509.239	512	1.119.045	2.649.329	14.489
2.000 a menos de 5.000	98.533	1.473	66.893	314.363	313	374.005	691.816	2.122
5.000 a menos de 10.000	61.895	1.193	51.882	208.255	297	71.711	71.920	1.212
SUBTOTAL DOS GRUPOS	8.001.813	104.261	76.748	25.659.797	312	20.479.413	47.665.740	153.489
TOTAL SÃO PAULO	8.520.395	112.056	76.037	27.974.184	305	22.140.042	51.898.622	164.434

FONTE – Censo Agropecuário – 1970.

(1) Somatório do total de pés novos mais total de pés em idade produtiva.

Economia Agrícola, a produtividade na safra 1983/84 deverá alcançar 2,4 caixas de laranja/pé. A seca que afetou os pomares paulistas na fase de seu desenvolvimento poderá, no entanto, reduzir o rendimento físico, mantendo-o próximo à média dos últimos quatro anos, isto é, na faixa de duas caixas de laranja/pé. Deve-se destacar que o aumento esperado no rendimento físico reflete uma melhora significativa nos tratos culturais e maior utilização de insumos, face aos excelentes preços recebidos pelos produtores nesta safra, se comparados com os dos últimos anos.

A segunda parte (1974–84), cujo início coincide com a grande crise que afetou a indústria, foi marcada por preços decrescentes (exceto em 1977, caracterizado pela valorização do suco no mercado internacional), os quais só voltaram a subir em 1984, depois de três geadas em anos consecutivos e que resultaram na queda da produção norte-americana (ver Gráfico 02). As altas taxas de inflação dos últimos quatro anos reduziram, de forma significativa, os preços reais recebidos pelo produtor de laranja, sobretudo devido à forma prevalecente de pagamento parcelado das vendas. Assim, o substancial aumento verificado no preço este ano, o maior em termos reais desde 1969, poderá, no final da safra, não ser tão remunerador quanto aparece no Gráfico 02, dado que 33% do valor da caixa de laranja (Cr$ 1.500) somente serão pagos em janeiro de 1985, sem qualquer correção. Cabe destacar que os Cr$ 3.000/caixa recebidos pelo produtor nos dois primeiros meses deste ano, antes de iniciada a colheita, deverão compensar as perdas advindas da inflação do período julho–dezembro de 1984.

As excelentes condições em que foi efetuada a comercialização da safra 1983/84 possibilitaram ao citricultor dispensar maiores cuidados as suas lavouras, revertendo o estado de quase abandono que se vinha configurando nas duas últimas safras. O aparecimento de uma série de pragas e doenças, devendo-se destacar dentre elas a chamada **declínio**, é devido à falta de tratos culturais e à reduzida aplicação de insumos no período. As perspectivas de uma comercialização bastante favorável para a próxima colheita deverão manter a mesma atitude nas lavouras, podendo-se esperar que a produção venha a ser de grande porte em 1984/85. A exemplo do que ocorreu este ano, em 1985, provavelmente, a produção também deverá ser adquirida por antecipação, visto que, àquela época, o mercado internacional ainda deverá possibilitar excepcionais ganhos para os exportadores. A recuperação das plantações dos **EUA**, esperada a partir da safra 1986/87, ocorrerá no mesmo período em que os novos pomares plantados em São Paulo estarão entrando em produção. Embora não se disponha ainda de dados estatísticos seguros, o início deste ano, de acordo com as informações divulgadas nas zonas produtoras, foi marcado por forte expansão da lavoura de laranja, com o plantio de numerosos pés, em áreas anteriormente ocupadas com outras atividades agropecuá-

QUADRO 05 – SÃO PAULO – PRODUÇÃO, ÁREA E RENDIMENTO DA LARANJA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS PRODUTORES – 1980

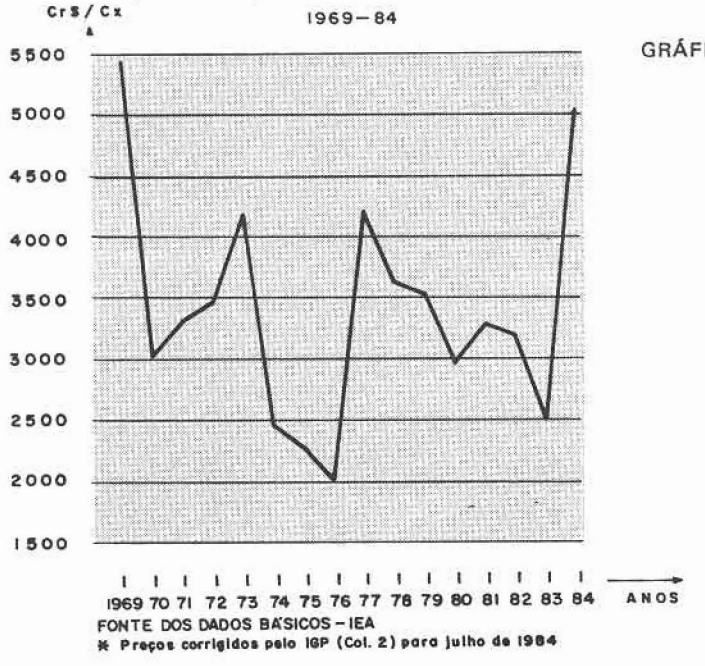
MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE (1.000 frutos)	ÁREA COLHIDA (ha)	PÉS QUE PRODUZIRAM	RENDIMENTO (frutos/ha)	RENDIMENTO (frutos/pé)	PÉS NOVOS	PÉS PLANTADOS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1.000)
Média Araraquarense (235)	Cajobi	957.754	8.628	1.764.847	111.005	543	504.129	2.301.807	411.928
Barretos (228)	Barretos	875.950	7.847	1.704.258	111.629	514	935.668	2.730.786	399.736
	Colina	757.933	6.847	1.502.970	110.695	504	375.454	1.943.574	341.552
Serra de Jaboticabal (236)	Bebedouro	3.206.875	30.746	6.666.469	104.302	481	914.694	7.697.026	1.394.994
	Monte Azul Paulista	1.814.957	13.711	2.893.103	132.372	627	331.031	3.230.534	747.119
	Pitangueiras	808.267	6.258	1.280.263	129.157	631	223.463	1.533.815	321.976
	Taquaritinga	1.351.199	13.440	3.054.332	100.535	442	526.155	3.611.117	497.474
Araraquara (242)	Araraquara	906.448	12.382	2.776.632	73.206	326	681.766	3.582.170	431.440
	Itápolis	856.660	8.422	2.125.045	101.717	403	1.048.599	3.247.694	348.890
	Matão	736.497	8.450	1.900.873	87.159	387	444.188	2.387.911	282.213
Campinas (248)	Araras	857.062	8.398	2.261.490	102.055	379	424.829	2.455.294	346.092
	Artur Nogueira	766.751	7.976	2.374.911	96.132	323	515.068	2.922.913	321.581
	Limeira	1.155.040	15.411	4.661.078	74.949	284	801.202	5.590.295	504.237
Depressão Periférica Setentrional (243)	Mogi-Guaçu	764.213	7.841	1.985.338	97.463	385	561.308	2.569.292	537.223
TOTAL DOS MUNICÍPIOS		15.815.606	156.357	36.951.609	101.151	428	8.287.554	45.804.228	6.886.455
TOTAL DO ESTADO		32.223.243	347.771	84.086.631	92.656	383	24.413.250	111.882.298	14.609.726

FONTE – Censo Agropecuário – 1980.

rias(*). O aumento da colheita paulista de laranja, a partir de 1987, poderá trazer sério problema para os produtores, visto que, caso a produção dos **EUA** retorne aos níveis normais, dificilmente se conseguirá exportar todo o suco que aqui será produzido. Além disso, se os preços recebidos pelos produtores se mantiverem nos níveis atuais, é provável que novos plantios sejam efetuados nos próximos dois anos, o que agravará ainda mais a situação, avolumando os excedentes. A obtenção de ren-

SÃO PAULO – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS REAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE LARANJA

GRÁFICO 02



FONTE DOS DADOS BÁSICOS – IEA

* Preços corrigidos pelo IGP (Col. 2) para julho de 1984

(*) **A respeito, há trabalhos que responsabilizam a cultura da laranja pela redução de 15% do plantio de lavouras de alimentos em São Paulo, na década de 70.**



dimentos físicos crescentes e a expansão do consumo interno de laranja **in natura** e do suco concentrado, poderão evitar, pelo menos em parte, que novas crises econômicas afetem a citricultura paulista.

As indústrias de processamento parecem ter enfrentado uma única crise, em 1974/75, desde a sua instalação. Nos dois anos seguintes, as empresas tentaram recompor o parque industrial, o que resultou em concentrar ainda mais a atividade, visto que quase todas as pequenas indústrias terminaram sendo absorvidas pelas três grandes. A **Cargill Agrícola (Cargill Corporation)** adquiriu a **Citrobrasil**, de Bebedouro. A **Citrossuco Paulista** e a **Sucocítrico Cutrale** compraram a **Sucorrico**; a **Citral**, a **Tropissuco** e a **Avante**. O conglomerado liderado pelas duas empresas líderes do grupo passou a gerenciar 85% da capacidade instalada. Além disso, conseguiu a maioria acionária da empresa **holding**, a **Sucorrico**, e esta, por seu turno, o controle de duas outras empresas. A nova organização conferiu às indústrias um enorme poder sobre os produtores, uma vez que a compra da quase totalidade das safras de laranja se concentrou em apenas três grandes empresas. O resultado final desta situação é que, em anos de estoques internos elevados e cotações internacionais do suco baixas, esse poder se expressa pelo prolongamento excessivo das discussões sobre o preço da fruta, como houve em 1981, a ponto de haver perdas substanciais da produção no próprio pomar, devido ao atraso do início da colheita. Concomitantemente, ga-

QUADRO 06 – SÃO PAULO – PRODUÇÃO, ÁREA E RENDIMENTO DA LARANJA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS PRODUTORES – 1975

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE (1.000 frutos)	ÁREA COLHIDA (ha)	PÉS QUE PRODUZIRAM	RENDIMENTO (frutos/ha)	RENDIMENTO (frutos/pé)	PÉS NOVOS	PÉS PLANTADOS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1.000)
Divisor Turvo–Grande(227)	Olímpia	347.374	2.103	1.129.917	165.180	307	852.976	2.044.098	16.310
Média Araraquarense (235)	Cajobi	293.010	2.753	860.644	106.433	340	449.312	1.323.306	13.331
Barretos (228)	Barretos	374.393	3.906	1.089.595	95.850	344	900.044	2.061.667	17.727
	Colina	389.807	4.777	1.381.936	81.600	282	190.622	1.573.258	14.887
Serra de Jaboticabal (236)	Bebedouro	2.155.318	21.029	5.500.754	102.492	392	1.543.117	7.087.471	114.020
	Monte Azul Paulista	911.528	8.822	2.125.132	103.324	429	560.678	2.705.980	41.330
	Pitangueiras	338.997	2.771	787.106	122.337	431	525.880	1.339.156	23.219
	Taquaritinga	731.135	8.566	2.130.742	85.353	343	789.973	2.945.573	27.241
Araraquara (242)	Araraquara	477.947	6.716	2.114.994	71.165	226	1.264.883	3.434.822	24.754
Campinas (248)	Araras	613.871	5.845	1.678.710	105.025	366	530.653	2.219.433	28.035
	Artur Nogueira	524.284	5.790	1.840.535	90.549	285	440.902	2.375.356	23.846
	Limeira	1.495.523	15.446	5.213.416	96.822	287	1.232.416	6.460.566	63.357
Depressão Periférica Setentrional (243)	Mogi-Guaçu	406.179	3.463	1.112.396	117.291	365	614.790	1.786.098	27.386
	Pirassununga	356.510	5.526	1.487.090	64.515	240	630.507	2.185.320	17.236
TOTAL DOS MUNICÍPIOS		9.415.876	97.513	28.452.967	96.560	331	10.526.753	39.542.104	452.679
TOTAL DO ESTADO		16.688.021	188.163	57.534.270	88.689	290	27.985.742	88.098.719	863.068

FONTE – Censo Agropecuário de 1975.

nhou destaque a intervenção governamental, através da **Cacex**, que possui a faculdade de liberar as exportações de suco concentrado e tem servido de mediadora nas negociações de preços entre os agricultores e a indústria. A ação reguladora do governo não conseguiu impedir, porém, que os preços pagos aos lavradores fossem aviltados, após a grande crise. Destaque-se que a expansão ocorrida na produção de laranja propiciou o aparecimento de excedentes que, na realidade, foram a causa principal da queda verificada nos preços pagos pela indústria aos produtores.

No que concerne ao mercado externo, a concentração industrial tem-se mostrado benéfica ao país, porque o quase monopólio existente propicia o controle das cotações internacionais do suco. A presença do Brasil no exterior como praticamente o único fornecedor de suco em nível mundial, teria resultado em queda acentuada dos preços, não fosse essa forte concentração empresarial. Até 1972, houve certa estabilidade dos preços externos do suco, em torno de US$ 0,70/lb-peso, passando-se, a seguir, a conviver com oscilações constantes, em patamar mais baixo do que na fase anterior. A geada de 1977, nos **EUA**, fez crescer novamente as cotações que, daí em diante, declinaram até 1980, quando uma pequena onda de frio deu margem a especulações, insuficientes, porém, para manter os preços em nível elevado por muito tempo. A quebra da safra, causada pelas geadas dos três últimos anos, vem provocando sistematicamente a alta dos preços do suco, que hoje se encontram em patamar bem elevado (US$ 1,72/lb-peso). A redução da oferta norte-americana deverá manter as cotações no nível hoje vigente.

QUADRO 07 – SÃO PAULO – PRODUÇÃO, ÁREA E RENDIMENTO DA LARANJA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS PRODUTORES – 1970

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE (1.000 frutos)	ÁREA COLHIDA (ha)	PÉS QUE PRODUZIRAM	RENDIMENTO (frutos/ha)	RENDIMENTO (frutos/pé)	PÉS NOVOS	PÉS PLANTADOS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1.000)
Média Araraquarense (235)	Cajobi	136.202	1.303	251.052	104.529	542	251.246	504.348	4.251
Serra de Jaboticabal (236)	Bebedouro	1.368.242	15.171	3.124.868	90.188	438	1.553.721	4.732.865	26.509
	Monte Azul Paulista	334.805	3.804	804.038	88.014	416	667.913	1.479.731	7.125
	Santa Ernestina	129.035	1.323	382.554	97.532	337	143.483	525.037	2.070
	Taquaritinga	244.987	3.696	955.942	66.284	256	823.573	1.796.718	3.953
Ribeirão Preto (237)	Santa Rita do Passa Quatro	128.657	1.747	505.147	73.644	254	363.126	887.008	2.290
Araraquara (242)	Araraquara	373.819	5.004	1.172.166	74.704	319	1.045.939	2.272.464	6.601
	Matão	129.289	1.440	484.678	89.784	267	547.320	1.032.958	1.853
Campinas (248)	Araras	424.520	4.164	1.009.881	101.950	420	372.891	1.399.032	5.640
	Artur Nogueira	265.686	2.671	831.319	99.470	320	801.845	1.675.541	4.263
	Jaguariuna	115.206	1.557	412.863	73.992	279	199.482	625.495	2.424
	Limeira	1.159.238	14.937	4.172.824	77.608	278	1.679.520	5.909.046	18.495
Depressão Periférica Setentrional (243)	Leme	152.965	1.743	479.526	87.759	307	246.900	776.150	4.305
	Mogi-Guaçu	160.955	2.066	421.330	77.906	382	391.909	875.744	3.436
	Pirassununga	193.123	2.899	691.359	66.617	279	621.090	1.373.879	3.514
TOTAL DOS MUNICÍPIOS		5.316.729	63.525	15.717.547	83.695	338	9.710.258	25.866.016	96.729
TOTAL DO ESTADO		8.520.395	112.058	27.974.184	73.035	304	22.140.042	51.898.622	164.434

FONTE – Censo Agropecuário – 1970.

O RIO DE JANEIRO FOI O PRINCIPAL PRODUTOR

O Rio de Janeiro durante muito tempo deteve a primeira colocação entre os estados produtores de laranja, posição perdida para São Paulo, desde 1959. Só nove anos depois, porém, a citricultura paulista obteve uma produtividade física superior à fluminense. O Quadro 08 *apresenta a evolução da produção nos dois estados e no país, nas três últimas décadas. Hoje, o Rio de Janeiro é o terceiro produtor, tendo colhido 2,3 milhões de frutos em 1982. Sergipe colheu 2,5 milhões e São Paulo, 45,7 milhões. A perda de posição do estado ocorreu, portanto, em período não muito distante. Suas causas diretas estão no rápido processo de urbanização na área produtora tradicional e na implantação de um moderno parque industrial, em São Paulo.*

Atualmente, segundo a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola—RJ, a produção da laranja fluminense atende a cerca de 74% da demanda estadual, tendo a citricultura participado com 6,1% do valor bruto da produção agrícola do estado, em 1982, e empregado aproximadamente 24 mil pessoas.

O processo de urbanização ainda hoje se verifica, mas de modo um pouco diferente, pois antigas propriedades produtoras de cítricos, situadas na Região Metropolitana, vêm sendo, agora, transformadas em sítios modernos pertencentes à afluente classe média da capital, cuja função de lazer pode prescindir dos pomares, embora em diversos se dê sua manutenção e, por vezes, sua ampliação.

O município de Itaboraí, na Região Metropolitana, continua sendo o maior produtor da fruta, seguido do de Araruama, na Região das Baixadas Litorâneas. Prevê-se que a atividade tenderá a se desenvolver cada vez mais rapidamente nesta última região (onde já são registradas as maiores taxas de crescimento dos pomares) rumo ao Norte do estado. Segundo o **Estudo de Localização e Identificação de Oportunidades Agroindustriais,** *da* **Fiderj,** *a área potencial da citricultura, nestas duas regiões (Baixadas Litorâneas e Norte) supera os 600 mil hectares, embora a* **Cepa** *considere ecologicamente aptos 227,1 mil ha. A cultura ocupa, hoje, apenas 21 mil ha.*

Apesar de não conseguir atender a todas as necessidades do consumo no Rio de Janeiro, a laranja produzida no estado é regularmente exportada para os estados vizinhos, incluindo São Paulo, em razão de sua boa qualidade.

A principal destinação do produto é o consumo **in natura,** *ao contrário das lavouras paulistas, direcionadas à produção de suco concentrado, cujo principal mercado encontra-se no exterior. A industrialização recente do país não incentivou a citricultura fluminense. Inexistem no estado unidades industriais de vulto, para absorver sua produção e não foram introduzidos novos métodos de cultivo, nem variedades mais aprimoradas, com maior resistência a pragas e doenças. Nos últimos anos, vem-se desenvolvendo um esforço para superar esta situação, através do plantio de variedades adaptadas ao uso industrial. Isto se fez necessário, pois as laranjas das variedades* **lima** *e* **baía,** *bastante freqüentes nos pomares do estado, não servem à fabricação do suco, por razões de paladar (a primeira) e de tamanho.*

Evidentemente, não sendo o clima e o solo hostis ao cultivo de novas variedades, dever-se-á buscar superar o atraso na implantação não só de novos pomares mas, também, de indústrias para a produção de suco. A partir do surgimento de uma demanda especificamente industrial, suas exigências de padronização e de uma oferta regular, deverão fazer com que a já reconhecida qualidade das frutas produzidas seja um real fator de incentivo à produção.

QUADRO 08 – LARANJA – EVOLUÇÃO DA ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E BRASIL, POR DÉCADA (1951–60 a 1971–80)

ANO	ÁREA (ha)					PRODUÇÃO (1.000 frutos)					RENDIMENTO		
	RJ	%	SP	%	BR	RJ	%	SP	%	BR	RJ	SP	BR
1951–60	18.389	21	20.525	23	87.446	1.590.089	23	1.379.601	20	6.931.357	86.470	67.215	79.264
1961–70	22.593	14	65.239	42	156.764	1.813.430	15	4.675.635	40	11.815.597	80.265	71.669	75.372
1971–80	32.375	8	241.426	63	385.982	2.539.267	7	23.331.195	69	33.804.838	78.433	96.639	87.581

FONTE – IEA, Fiderj, IBGE, Suplan/Minagri.

SOJA

O MERCADO INTERNACIONAL DA SOJA E SEUS DERIVADOS ATINGE SUA FASE DE MAIOR NERVOSISMO EM JULHO E AGOSTO, ÉPOCA EM QUE SE DEFINE A SAFRA NORTE-AMERICANA. NO BRASIL, DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DESTE ANO, SUSPENDEU-SE E REABRIU-SE VÁRIAS VEZES O REGISTRO DE VENDAS, RESULTANDO EM MENOR RECEITA DE EXPORTAÇÃO E PREÇOS ALTOS NO MERCADO INTERNO.

Em 1984, a produção dos **EUA**, responsável por cerca de 2/3 da oferta mundial de soja em grão, deverá recuperar-se do fraco desempenho da última safra (43,4 milhões de t), tendo o Departamento de Agricultura (**USDA**) estimado que serão produzidas 55,1 milhões de t, no ano agrícola de 1984/85.

Como é natural, vigoram no momento muitas indefinições. Os dados, levantados até 1º de junho pelo **USDA**, indicam um crescimento da área plantada de 7,7% sobre os 25,6 milhões de ha de 1983. Posteriormente, chegaram notícias de que áreas de soja e milho foram perdidas por excesso de chuvas em algumas regiões, e de que houve um aumento das precipitações pluviométricas em locais anteriormente secos. Caso se confirmem estas notícias, poderão ocorrer alterações na área a ser colhida, em relação às projeções iniciais.

Doravante, o ponto-chave para a evolução do mercado será, sem dúvida, o rendimento físico médio, a ser alcançado pelas lavouras norte-americanas, o que faz com que cada boletim meteorológico seja aguardado com grande ansiedade pelos interessados no mercado, de vez que a dimensão da safra dos **EUA** determina a faixa de preços em que a soja, seus derivados e mesmo as outras oleaginosas serão comercializados nos próximos meses.

Desde fins de maio, as cotações internacionais do complexo soja vêm apresentando acentuada queda, como conseqüência principalmente da recuperação da produção de óleo de palma na Malaísia, cuja escassez havia causado um expressivo aumento nos preços dos demais óleos vegetais. Efetivamente, o preço médio do óleo de soja alcançou US$ 854/t em **Decatur, EUA**, em maio deste ano, contra US$ 441/t, um ano antes. Declinou desde então, tendo-se situado no patamar dos US$ 780/t, em junho, e em US$ 668/t, em 12 de julho.

A tendência do mercado internacional, de agora em diante, será, salvo novos desastres climáticos, um enfraquecimento da pressão sobre os preços do grão, motivado pela escassez de óleo. Por outro lado, isso poderá representar um fortalecimento relativo da posição do farelo, uma vez que a moagem para a obtenção do óleo deverá diminuir, o que provocará uma redução da oferta, hoje abundante, do farelo de soja.

Isso, entretanto, não é tudo. Para que o farelo passe a liderar um movimento de alta dos preços do complexo soja, é necessário que sua demanda seja reativada de alguma forma. Existem, contudo, alguns fatores importantes impedindo que isso aconteça.

". . . o governo norte-americano decretou novas medidas para atrair capitais aos EUA . . ."

QUADRO 09 – BRASIL – EXPORTAÇÕES DE SOJA EM GRÃO, FARELO E ÓLEO NO PRIMEIRO SEMESTRE – 1983–84 (em 1.000 t)

PRODUTO	1983	1984	Δ%
Soja em grão	972	742	–24
Farelo	4.492	3.133	–30
Óleo	543	386	–29

FONTES – Cacex e SGC do Brasil.

O primeiro deles é o persistente fortalecimento do dólar frente às demais moedas, encarecendo, de maneira acentuada, os preços das **commodities** adquiridas pelos países europeus, no exterior. A esse respeito, não se podem vislumbrar mudanças a curto prazo, pois recentemente o governo norte-americano decretou novas medidas para atrair capitais aos **EUA** e, com isso, o dólar atingiu, nos mercados europeu e japonês, suas maiores altas dos últimos dez anos.

Em segundo lugar, a demanda soviética por farelos tem-se reduzido neste ano comercial. As compras da **URSS**, que atingiram 2,3 milhões de t no período entre outubro de 1982 e junho de 1983, restringiram-se a apenas 850 mil t, no mesmo período de 1983/1984.

A atual safra soviética de grãos, fundamental na determinação das quantidades de farelos proteínicos a serem importadas, está estimada em 195 milhões de t, quantidade semelhante à das últimas safras. Além disso, o comportamento dos sovié-

ticos nos mercados internacionais de **commodities** é muito imprevisível.

Finalmente, a retração da produção de aves e suínos nos **EUA** e **CEE** e a decisão da Comunidade de reduzir sua produção de leite resultam necessariamente em menor consumo de farelos.

Do ponto de vista dos produtores e exportadores brasileiros, esse quadro é pouco animador. As condições do mercado internacional têm acarretado uma queda sistemática dos preços do farelo de soja (Gráfico 03), desde agosto de 1983. Em 11 de julho, por exemplo, o **USDA** rebaixou sua estimativa da cotação média do farelo, para o ano comercial 1984/1985, de US$ 198/t para US$ 176/t.

No primeiro semestre de 1984, as vendas brasileiras de soja em grão, farelo e óleo declinaram 24%, 30% e 29%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A **CEE** e a **URSS**, em conjunto, foram responsáveis, quase que integralmente, pela redução ocorrida nas exportações de farelo.

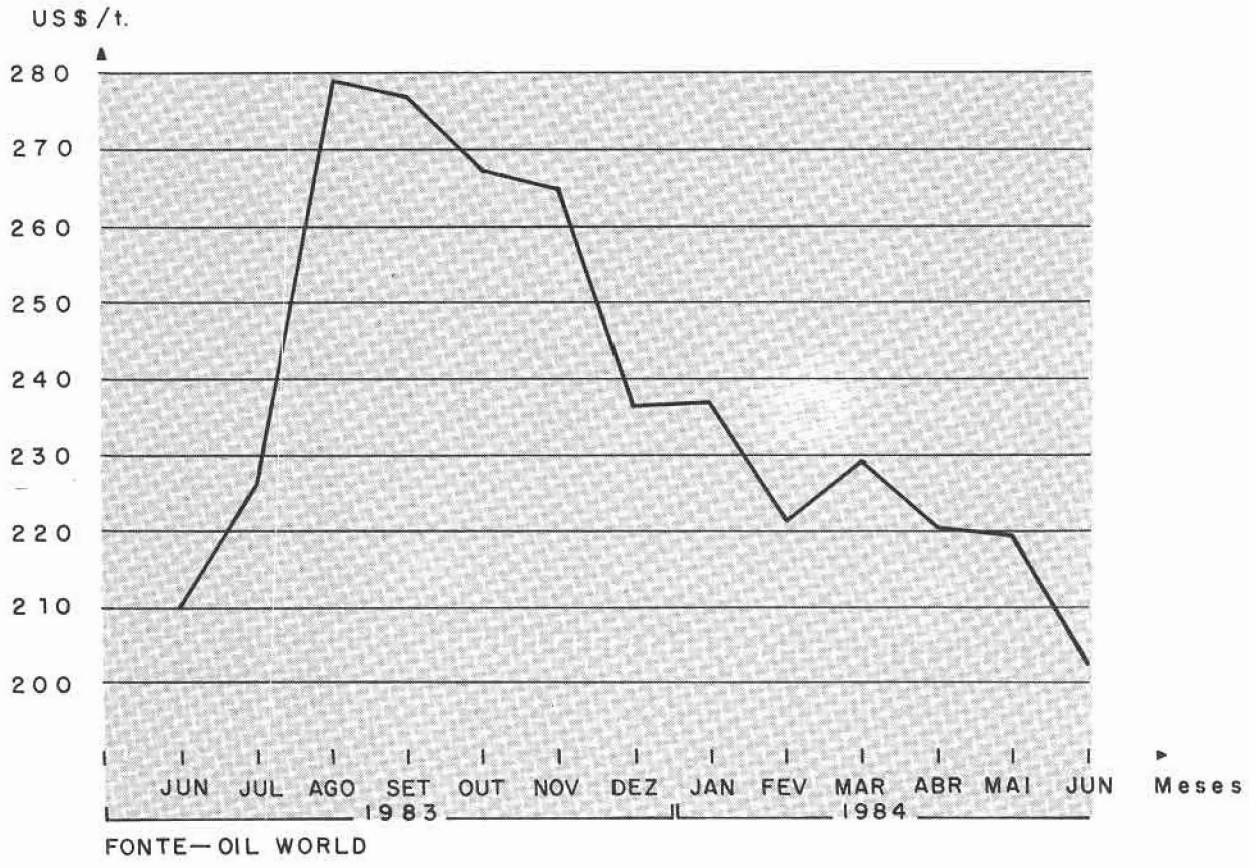
". . . a política traçada para a soja tem primado por mudanças constantes."

No plano interno, a política traçada para a soja tem primado por mudanças constantes. A título de resguardar os interesses do país, tanto no que concerne ao ingresso de divisas, como ao atendimento da demanda interna, suspendeu-se e reabriu-se inúmeras vezes o registro de vendas. Independentemente do acerto ou não das razões alegadas para a suspensão das exportações, o resultado concreto provavelmente acabará sendo a obtenção de uma menor receita de exportação do complexo soja. Com efeito, se o mercado internacional de farelo esteve fraco, o de óleo esteve bastante aquecido e, apesar do aumento de 7% na produção brasileira de soja, venderam-se, no primeiro semestre deste ano, 150 mil t de óleo a menos do que no mesmo período de 1983 (ver Quadro 09).

No plano interno, o **abre-e-fecha** dos registros também não beneficiou o consumidor, uma vez que os preços do produto refinado, no mercado atacadista de São Paulo, aumentaram 481%, entre maio de 1983 e maio de 1984.

FARELO DE SOJA – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS EM ROTERDÃ
JUN. 83 / JUN. 84

GRÁFICO 03



FONTE— OIL WORLD

AÇÚCAR

O FRACASSO DO ATUAL ACORDO INTERNACIONAL, ENFRAQUECIDO PELA AUSÊNCIA DA CEE ENTRE SEUS SIGNATÁRIOS, E AS DIVERGÊNCIAS EM GENEBRA, IMPEDIRAM QUE SE FIRMASSE NOVO PACTO.

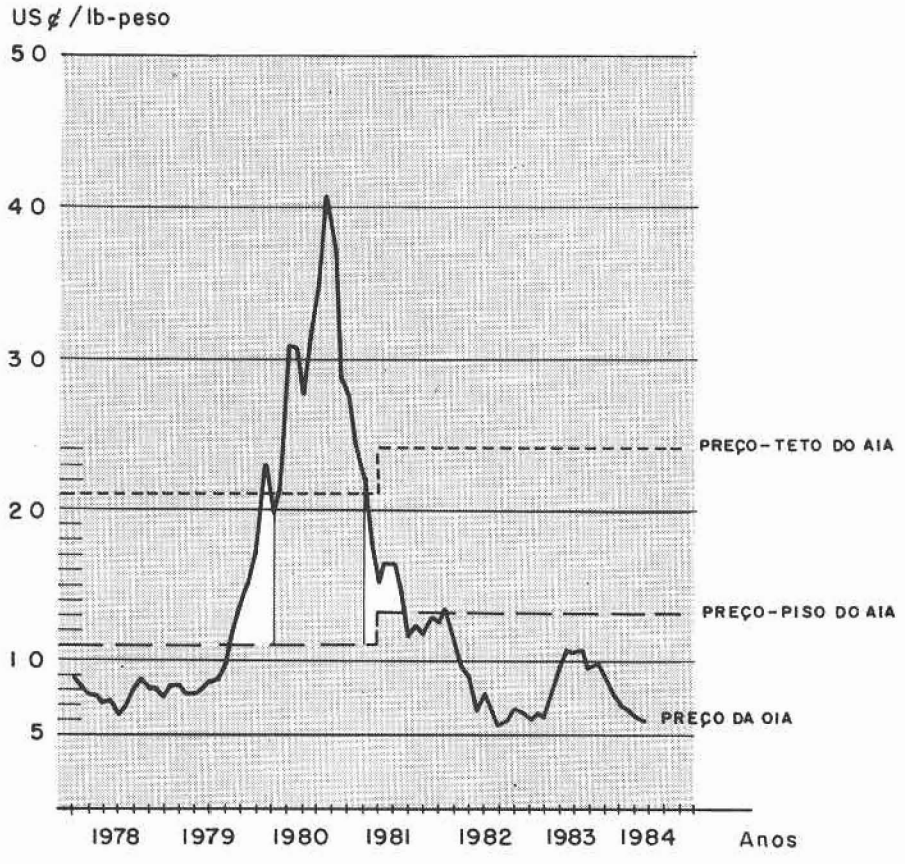
Fracassaram as negociações para firmar um novo acordo internacional, realizadas em Genebra, em junho último. Houve intransigência de alguns dos principais países produtores, que não aceitaram reduzir suas quotas de exportação.

O atual Acordo, que vigorará até dezembro do corrente ano, foi estabelecido em 1977, tendo como um dos seus pontos mais importantes a distribuição de quotas de exportação entre os países exportadores signatários. Fixadas anualmente, essas quotas variam conforme o movimento dos preços, constituindo um importante mecanismo disciplinador do mercado.

Outro instrumento previsto de controle da oferta é a formação de um estoque regulador, a ser liberado gradativamente, quando houver déficit de oferta ou, então, devendo ampliar-se, em situações de superávit.

A estabilização do mercado, que se pretendia alcançar utilizando-se esses mecanismos, desde logo mostrou-se de difícil consecução. De fato, registram-se longos períodos de preços baixos, interrompidos por altas bruscas e acentuadas. O Gráfico 04 retrata esta situação, ao comparar os preços calculados pela Organização Internacional do Açúcar (**OIA**) com os preços-limite fixados pelo **AIA**(*). Observe-se que apenas entre os meses de outubro de 1979 e março de 1980 e entre abril e agosto de 1981, o preço da **OIA** ficou compreendido entre o preço-piso e o preço-teto.

AÇÚCAR — PREÇO INTERNACIONAL CALCULADO PELA OIA*
janeiro de 1978 a abril de 1984
US¢ / lb-peso — GRÁFICO 04



FONTE— Statistical Bulletin - ISO
* MÉDIA DAS COTAÇÕES NAS BOLSAS DE LONDRES E NOVA IORQUE

(*) **Estes preços-limite foram fixados inicialmente em uma faixa de US¢ 11 a 21/lb-peso. Em maio de 1981, foram elevados para US¢ 13 a 23/lb-peso.**

A não-participação dos EUA e da CEE foi a principal causa da ineficácia do Acordo.

A não-participação dos **Estados Unidos da América** e da **Comunidade Econômica Européia** foi a principal causa da ineficácia do Acordo. Os **EUA**, maiores importadores do mercado livre, somente o ratificaram no final de 1979. A **CEE**, além de se manter afastada, aumentou suas exportações de 600 mil t em 1979 para 5,4 milhões de t em 1983. Essa expansão inesperada, por parte de uma área sem tradição na exportação, contribuiu decisivamente para o grande superávit dos estoques mundiais. É importante destacar que, enquanto a produção mundial nos últimos cinco anos apresentou uma taxa anual de crescimento em torno de 4,3%, a do consumo não ultrapassou 2%. Esse descompasso decorreu, em parte, da expansão do consumo de sucedâneos do açúcar, em especial do xarope de milho, nos **EUA, Japão** e **Canadá.**

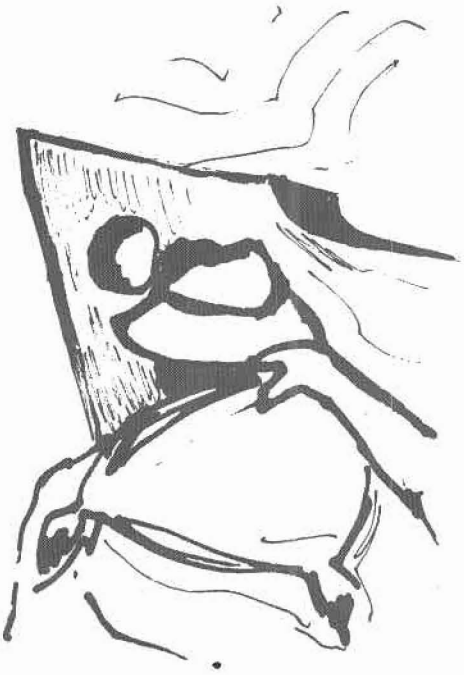
O último levantamento de **Gill and Duffus** para a safra 1984/85 estimou uma produção de 97,8 milhões de t e um consumo de 96,2 milhões de t. Caso esta previsão se confirme, os estoques alcançarão um nível ainda maior do que aquele registrado na safra passada, calculado em 37,6 milhões de t, correspondendo a quase 40% do consumo.

Neste contexto, realizou-se a reunião em que se pretendia firmar as bases para um novo Acordo Internacional do Açúcar. Os grandes países exportadores desejavam fixar uma faixa de preços-limite entre US¢ 13 e US¢ 19/lb-peso de açúcar no mercado internacional, a qual deveria ser alcançada através do estabelecimento de novas quotas de exportação entre os países-membros exportadores, incluindo a **CEE**. Essas novas quotas teriam uma redução generalizada, tanto para os países-membros como para a **CEE**, a saber: **Austrália**, 2,69 milhões de t; **Brasil**, 2,66 milhões; **Cuba**, 2,28 milhões e **CEE**, 4,35 milhões. Os outros seis maiores exportadores — **Argentina, República Dominicana, Índia, Filipinas, África do Sul** e **Tailândia** — teriam suas quotas de exportação preservadas nos mesmos níveis do ano passado. O **Brasil** propunha, ainda, a formação de um estoque regulador de 6 milhões de t. Durante todo o desenrolar das negociações, porém, houve muitas demonstrações de intransigência. Em relação à quota de exportação de 5,4 milhões de t, reivindicada pela **CEE**, o presidente da Conferência buscou uma solução intermediária, de 4,9 milhões de t, mas a **Comunidade** mostrou-se irredutível, condicionando seu assentimento à exigência de que a quota perdurasse até o final do Acordo. Outro ponto discordante foi a posição da **Austrália** e de **Cuba**, que não concordaram com a redução de suas quotas, sendo que este último país também não abriu mão dos acordos especiais que mantém com as economias socialistas.

". . . a única medida adotada pela Conferência de Genebra foi a assinatura de um Acordo Administrativo, sem cláusulas econômicas . . ."

Diante de tantos impasses, a Conferência terminou sem a assinatura de um novo Acordo. Na verdade, as exigências da **CEE** se mostraram inaceitáveis para os demais países produtores, mas não tem sentido firmar um pacto sem a sua participação.

O atual Acordo expira em dezembro próximo e a única medida adotada pela Conferência de Genebra foi a assinatura de um Acordo Administrativo, sem cláusulas econômicas, que objetiva meramente gerir a **OIA**. Todavia, algumas questões que ficaram pendentes do antigo Convênio deverão ser brevemente resolvidas. Uma delas é a que diz respeito aos empréstimos de aproximadamente US$ 90 milhões, tomados juntos ao **FMI**, por alguns países(**), ainda sob a égide do presente Acordo. Uma outra questão refere-se ao destino que será dado aos estoques especiais da **OIA**, da ordem de 2,3 milhões de t, que se encontram em poder dos países produtores. No final do ano, estes estoques poderão ser colocados no mercado, uma vez que os países que os detêm deixarão de contar com o apoio financeiro do **FMI** para cobrir os custos de manutenção. Caso esta hipótese se confirme, os preços do açúcar receberão novo impacto baixista.



(**) O Brasil e a República Dominicana respondem por quase 90% do montante destes empréstimos.



As perspectivas quanto ao comportamento do mercado são desalentadoras, uma vez que, a partir de janeiro de 1985, deverá acentuar-se a super-oferta do produto, decorrente da desobrigação dos países exportadores de limitar suas vendas às quotas prescritas pelo Acordo. Com isto, os preços deverão manter-se nos níveis extremamente baixos em que se encontram ou cair mais ainda. Em um prazo mais longo, a chamada **guerra de preços** poderá atingir os países produtores com custos elevados de produção, bem como aqueles de menor porte, que não poderão suportar a gravosidade de suas vendas. Neste aspecto, presume-se que a **CEE** encontrará grande dificuldade em preservar os subsídios pagos aos produtores locais de beterraba açucareira. Na hipótese de os países mais atingidos pelas baixas cotações saírem do mercado, estarão criadas as condições para a recuperação dos preços.

O Brasil se inscreve entre os exportadores de menor custo de produção. Segundo o Ministério da Indústria e do Comércio, o custo médio do açúcar alcança US$ 265/t na safra atual. Considerando-se o preço médio de US$ 200/t de açúcar exportado no primeiro semestre, conclui-se que o governo cobriu uma gravosidade de US$ 65/t. Mantendo os mesmos níveis dos preços médios de exportação e dos pagos ao produtor, o governo, no final do ano, bancaria um prejuízo aproximado de US$ 180 milhões. Este quadro, embora menos dramático do que o de outros países exportadores, indica que as vendas do açúcar brasileiro estão sendo feitas à custa de pesada sobrecarga sobre o Orçamento Monetário. Assim, torna-se duvidosa a hipótese de que o país aproveitar-se-á da liberação da quota fixada pelo **AIA** para aumentar suas exportações. Ao contrário, caso prevaleçam as baixas cotações atuais, é possível que as autoridades brasileiras optem pela redução das exportações, visando à diminuição dos pesados subsídios nelas embutidos.

". . . as vendas do açúcar brasileiro estão sendo feitas à custa de pesada sobrecarga sobre o Orçamento Monetário".

Uma alternativa talvez seja a de negociar contratos especiais, que resultem em ganhos para o país, a exemplo de vendas para o mercado preferencial norte-americano, que paga o açúcar importado com base nos altos preços praticados internamente.

De qualquer maneira, o resultado das exportações brasileiras, em 1984, refletirá a difícil situação por que passa o mercado internacional. Assim sendo, mesmo que o país cumpra sua quota de 2,8 milhões de t, a arrecadação com as vendas de açúcar não deverá ultrapassar US$ 500 milhões, resultado inferior à modesta receita auferida no ano passado.

CAJU

PROBLEMAS CLIMÁTICOS E ALTA PERECIBILIDADE SÃO FATORES QUE PREJUDICAM O APROVEITAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO CAJU. EMBORA O BRASIL SEJA O SEGUNDO MAIOR PRODUTOR, AS INDÚSTRIAS DO PAÍS AINDA ENCONTRAM DIFICULDADES EM ATENDER À DEMANDA PELA CASTANHA.

O Brasil, segundo produtor mundial de caju, concentra na região Nordeste praticamente a totalidade dos cajuais implantados com fins industriais. Dentre os estados nordestinos, o Ceará se destaca como o maior produtor e beneficiador de castanha **in natura** e principal exportador da amêndoa de castanha de caju. Os estados do Rio Grande do Norte e Piauí têm participações de aproximadamente 22% e 7% na área colhida e 14% e 5% na produção regional, respectivamente, além de possuírem grandes áreas adequadas para o plantio dos cajueiros. Poderiam tornar-se, através de incentivos fiscais, grandes produtores, possibilitando, desse modo, uma ampliação da capacidade exportadora da própria região, do produto industrializado.

A longa estiagem, que nos últimos anos vem afetando os estados nordestinos, fez com que o nível do lençol freático dos solos diminuísse, a ponto de provocar a morte das plantas e de levar as sobreviventes a um estado de latência, principalmente no Ceará.

Observa-se, na atualidade, uma elevada perda de pseudofruto (*) no campo, o que vem resultando em menor aproveitamento industrial e no consumo humano e animal, em razão de sua perecibilidade e menor período de safra. Também a reduzida capacidade instalada das empresas brasileiras beneficiadoras do pseudofruto contribui para o agravamento da situação.

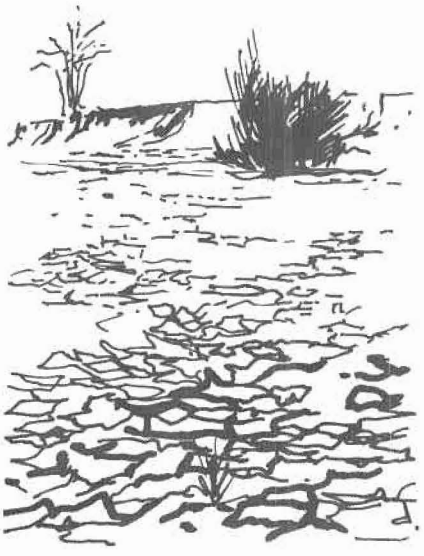
À semelhança das lavouras tradicionais de abastecimento interno, pelo menos antes da criação da **Embrapa**, faz-se necessário um maior volume de recursos para a pesquisa da castanha e do pseudofruto e para a investigação biológica do cajueiro, por parte dos órgãos que prestam apoio institucional às entidades envolvidas com a pesquisa no estado do Ceará e na região Nordeste. Somado a isto, deveria haver maiores estímulos fiscais por parte da **Sudene**, através da **Finor** e do **IBDF**, com recursos do **Fiset — Florestamento e Reflorestamento** para implantação e ampliação de projetos de pequeno, médio e grande portes dessa cultura perene, bem como o amparo às indústrias, nos aspectos da modernização, ampliação e/ou complementação de seu parque. Estas medidas seriam de fundamental importância para os estados nordestinos.

Geradora de empregos na região, a cultura do caju, através das indústrias, aloja um elevado contingente de pessoal, mantendo trabalhadores assalariados junto aos plantios organizados nas empresas com maior grau de integração, com vistas aos tratos culturais e à colheita, acrescentando-se, ainda, o pessoal envolvido com o transporte e a comercialização.

(*) **Pedúnculo intumescido rico em suco.**

CASTANHA: MERCADO INTERNACIONAL

Em razão de um interesse crescente pelo comércio de amêndoas de castanha de caju no mercado internacional, as perspectivas de demanda pelo produto para o ano de 1984, por parte dos tradicionais países importadores, deverão favorecer as cotações. Também pelo lado da oferta, verifica-se um forte estímulo à alta dos preços, pois espera-se uma redução na produção dos maiores produtores e comercializadores mundiais, que são, em ordem decrescente da classificação de produção nas quatro últimas colheitas, **Índia, Brasil, Moçambique, Tanzânia** e **Quênia.**



O principal mercado de destino da amêndoa de castanha de caju brasileira, em 1983, foi o dos **Estados Unidos da América**, que absorveu 78% da quantidade exportada, seguido por outros tradicionais importadores, como o **Canadá, Alemanha Ocidental, Holanda, República Sul Africana, Líbano** e **Austrália** que, em conjunto, importaram 17% da quantidade exportada pelo país.

A colheita mundial da castanha de caju em 1982/83, quando comparada com a safra 1981/82, apresentou uma diminuição de 10,6%, reduzindo-se de 340 mil t para 304 mil t, respectivamente, entre os dois períodos. A causa da redução foram os problemas climáticos cíclicos, particularmente as estiagens prolongadas que assolaram os principais países produtores nos últimos anos, agravados pelos problemas políticos de países africanos, notadamente **Moçambique**, principal país produtor da África Ocidental. Igualmente para a safra 1983/84, são esperadas significativas frustrações de produção nos países maiores produtores de caju.

Cabe atentar que, no período compreendido entre os anos de 1982 e 1983, o preço médio anual da amêndoa acusou uma redução de 8,3%, passando de US$ 3.896/t para US$ 3.753/t.

A receita cambial obtida com as exportações de amêndoa de castanha de caju pelo Brasil, em 1983, foi da ordem de US$ 69 milhões, sendo superior em 2,7% à geração de divisas no ano de 1982, que somou US$ 67 milhões. A quantidade exportada, em igual período de tempo, teve um aumento de 11,9%, quando passou de 17.256 t para 19.316 t (ver Quadro 10).

QUADRO 10 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE CAJU E DERIVADOS NOS ANOS DE 1982 E 1983

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (US$ 1.000-FOB)			QUANTIDADE (t)			PREÇO MÉDIO (US$/t-FOB)		
	1982	1983	Δ%	1982	1983	Δ%	1982	1983	Δ%
Castanha-de-caju	67.221	69.010	2,7	17.256	19.316	11,9	3.896	3.573	–8,3
Suco de casca da castanha	1.402	2.964	111,4	6.781	14.464	113,3	207	205	–1,0
Farinha de castanha	36	71	97,2	39	82	110,3	923	866	–6,2
Castanha torrada	109	65	–40,4	15	10	–33,3	7.267	6.500	–10,6
Suco de caju	612	238	–61,1	588	237	40,3	1.041	1.004	–3,6

FONTE – Banco do Brasil, S.A. (Cacex).

SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA

A região Nordeste, que responde por 99% da produção e da área colhida de caju no País, mostrou uma redução de 55% na produção de castanhas nesta última colheita, quando comparada com a safra 1982/83, que foi de 100 mil t.

O estado do Ceará, com uma participação em safras anteriores à de 1983/84 da ordem de 65%, nesta última colheita respondeu por aproximadamente 38% da produção regional, com uma quantidade de 17 mil t de castanha de caju.

A comercialização da castanha de caju **in natura** em nível de produtor é realizada, na sua quase totalidade, no período de safra, que principia em meados de setembro e tem o seu final na primeira quinzena do mês de janeiro do ano subseqüente.

A elevação dos preços na época da colheita 1983/84, implicou em cotações bem acima do preço mínimo de garantia, que foi estipulado em Cr$ 175/kg da castanha **in natura**. O preço médio no nível do produtor atingiu Cr$ 687/kg, em virtude da escassez do produto no mercado regional, pressionado pela forte demanda das indústrias pela matéria-prima. A castanha bruta chegou ao preço de Cr$ 1 mil/kg, devido à competição dos agentes envolvidos nos canais de comercialização. A matéria-prima alcançou uma gradação de preços próxima aos extremos dos custos de produção da castanha beneficiada.

O abastecimento das empresas cearenses processadoras de castanha realiza-se com a produção estadual, mais a importação dos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí, em razão da quase totalidade da capacidade instalada das fábricas de beneficiamento da castanha no Nordeste estar concentrada no Ceará.

Em 1983, foi aventada a possibilidade de importação, em regime de **drawback** de castanha com casca, de alguns países africanos, a fim de complementar o abastecimento das indústrias. A importação não foi concretizada, por ter sido pequena a safra internacional.



A quantidade necessária de importação pelo Ceará, de castanha com casca, seria de aproximadamente 55 mil t, as quais se somariam às compras de outros estados da região Nordeste, em torno de 15 mil t, complementadas com a produção estadual. Em conjunto, totalizariam 87 mil t, capazes de suprir a provável demanda de amêndoa de castanha de caju do mercado internacional durante o ano de 1984.

CASCA DE CASTANHA E SUCO

A maior parte do suco de caju processado destina-se ao mercado interno, o que não ocorre com a direção dada à amêndoa de castanha de caju, que em sua quase totalidade é voltada para exportação internacional.

Os **Estados Unidos da América** e o **Reino Unido** foram os principais importadores do líquido da casca da castanha de caju, em 1983, com 49% e 31%, respectivamente, da comercialização realizada. Estes países são detentores de patentes para o aproveitamento industrial desse líquido. As exportações do óleo da castanha são realizadas, em sua quase totalidade, em bruto, apresentando, assim, limitação no preço, aliada à forte pressão de oferta internacional do produto. O preço médio anual do líquido da casca, em 1983, foi de US$ 205/t. Ao longo dos anos, o óleo tem mostrado um aviltamento no seu preço médio, considerando que, em 1978, a cotação era de US$ 972/t.

No entanto, a provável diminuição da oferta internacional de líquido da casca, em 1984, por motivo da redução de produção de castanha bruta na safra 1983/84, implicará melhores preços para o óleo, embora nos dois primeiros meses de 1984, o preço médio estivesse em torno de US$ 222/t.

A geração de divisas com as exportações do produto, em 1983, foi da ordem de US$ 2.964 mil, para uma quantidade negociada de 14.464 t, contra US$ 1.402 mil de formação de crédito externo e 6.781 t comercializadas em 1982.

As negociações da farinha de castanha e de suco de caju com o exterior realizam-se, ainda, em pequenos níveis, por falta de tecnologia adequada de industrialização, com reflexos na qualidade do produto final.

Cuidados na colheita e no transporte evitariam a deterioração rápida da fruta, permitindo aprimorar sua qualidade. Somando a isso uma tecnologia mais avançada, os industriais brasileiros teriam condições de preparar um suco de boa qualidade a preços razoáveis, visando também ao mercado externo. Uma campanha em nível nacional e, até mesmo, internacional, traria benefícios ao agricultor e ao fabricante de suco de caju. Como a oferta internacional ainda é precária, o produto brasileiro, certamente, encontraria colocação no mercado.

(Francisco Racine Teixeira Távora, economista da **Cepa-CE**)



SUCO DE MARACUJÁ

APESAR DA REDUÇÃO NAS EXPORTAÇÕES EM 1983, O CONSUMO DE SUCO DE MARACUJÁ NO EXTERIOR MANTÉM-SE EM EXPANSÃO. RESPONSÁVEL PELO SUPRIMENTO DE 30% DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS, O BRASIL É UM DOS MAIORES PRODUTORES, TENDO O NORDESTE COMO A PRINCIPAL ÁREA DE PLANTIO.

O comércio de sucos de frutas tropicais, embora de pequena significação no mercado internacional, poderá crescer nos próximos anos, sendo para isso necessária maior organização dos países exportadores, de maneira a garantir o suprimento.

No caso do Brasil, poderiam ser feitas promoções internacionais, através de divulgação da qualidade do suco de maracujá não só como refresco mas, principalmente, como produto saudável, rico em vitaminas, que pode ser oferecido por preços competitivos. Atualmente, as grandes fábricas brasileiras não têm condições de comercializar o produto em larga escala, considerando-se que a quantidade disponível no país e no mercado internacional não é suficiente para dar continuidade ao suprimento após o lançamento, fato que exige maior controle na produção da matéria-prima.

EXPORTAÇÃO

Mesmo assim, as exportações de suco de maracujá brasileiro que, em 1981, foram de 4.786 t, em 1982, chegaram a 7.784 t, 63% acima do ano anterior. Já em 1983 houve uma queda na procura e esse número baixou para 6.936 t, no valor de US$ 10 milhões. O incremento das vendas externas, somado à pequena necessidade do mercado, resultou em grandes estoques em poder dos exportadores e dos importadores nos **Estados Unidos da América** e na **Europa**. A tendência declinante do preço do suco, a elevação dos juros e a valorização da moeda aumentaram substancialmente os custos de importação e de estocagem, acarretando uma restrição por parte dos importadores, que compraram para satisfazer apenas o consumo imediato.

O que se observou de mais grave foi a queda do preço médio de exportação, que de US$ 2.749/t em 1981 passou para US$ 2.118/t em 1982, baixando ainda mais, para US$ 1.443/t, em 1983, praticamente metade do preço observado em 1981. A safra brasileira em 1983 e o estoque em poder das indústrias de sucos só começaram a declinar no final do ano, podendo-se observar a inversão da tendência baixista de preço no mercado internacional, voltando a elevar-se em 1984.

A **Holanda** e a **Alemanha Ocidental** são os principais importadores, responsáveis por cerca de 87% das exportações brasileiras nos três últimos anos, vindo, a seguir, importadores menos expressivos, como **Bélgica-Luxemburgo, República Sul Africana, Suécia, Estados Unidos da América** e **França**, em ordem decrescente. No mercado europeu, o suco é consumido com maior intensidade no verão, de junho a setembro, sendo bastante popular o **drink 10**, feito com sucos de dez diferentes frutas. O de maracujá é misturado na proporção de 2% com os de outras frutas, formando um **blend**, com predominância do aroma do maracujá.

CULTIVO

Os plantios organizados de maracujá localizam-se nas regiões tropicais, notadamente no **Brasil, Colômbia, Peru, Austrália, Sri Lanka, Papua — Nova Guiné, Havaí, Fiji, República Sul Africana e Quênia**, entre outros. A falta de dados estatísticos dos demais países não apenas dificulta a quantificação da produção, como também o dimensionamento do mercado potencial, a ser conquistado.

No **Havaí**, o cultivo comercial do maracujá data de 1972, quando havia cerca de 100 ha cultivados, cujos suco e néctar processados eram remetidos ao mercado continental dos **EUA**. Na **Austrália**, são cultivados comercialmente o maracujá roxo e o maracujá amarelo híbrido, alcançando elevados rendimentos. Mais recentemente, a **Colômbia** e o **Peru** despontaram como produtores de maracujá amarelo, concorrendo com o **Brasil** no mercado internacional. A **África do Sul** importa suco de maracujá amarelo, de sabor superior, para atender à demanda interna, e produz e exporta suco da variedade roxa.

No **Brasil**, um dos maiores produtores de maracujá e responsável pelo suprimento de cerca de 30% das exportações mundiais, os plantios concentram-se: no Nordeste, nos estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; no Sudeste, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo; e no Norte, no Pará. Informações das **Cepa's** indicaram uma área cultivada,



em 1982, de 19 mil ha e produção de 117 mil t. Já em 1983, este número caiu para cerca de 70 mil t.

A colheita de maracujá é praticamente contínua no Brasil, com menores ofertas de julho a setembro, no período de entressafra das principais regiões produtoras. Na região Norte, no estado do Pará, ela é mais intensa de junho a janeiro; nos estados do Nordeste, de outubro a abril, e no Sudeste e Centro-Oeste, de janeiro a junho. Iniciada a colheita aos oito meses, normalmente, o ciclo se completa em trinta meses, com quatro safras e cerca de 18 t/ha. Aproveitando os picos de safra, que ocorrem em diferentes meses nos diversos estados, conforme o regime predominante de chuvas, o fluxo de maracujá para industrialização acontece em quase todos os meses, sendo relativamente reduzida a ociosidade estacional das fábricas.

MERCADO INTERNO

Uma boa parte da reduzida safra de 1983, em relação ao ano anterior, foi perdida no campo, por falta de mercado.

As indústrias de sucos, que representam grande parcela desse mercado, adquiriram cerca de 60 mil t em 1982, quantidade 54% maior do que as 39 mil t adquiridas em 1981, o que resultou em elevado estoque e impossibilidade de maiores aquisições, em 1983.

Com um mercado restrito, a fruta natural destina-se, principalmente, ao consumo dos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, através das **Ceasa's**.

Por falta de melhor organização, os agricultores da maioria dos estados submetem-se aos interesses econômicos de um reduzido número de compradores e industriais, que provocam oscilações nos preços da matéria-prima. Em período de preços altos, poucos produtores são beneficiados com grandes lucros, atraindo inúmeros agricultores à atividade, gerando grande safra, preço baixo e prejuízo global de elevada proporção à agricultura. Esta situação é altamente vantajosa para os industriais, que têm no baixo preço da matéria-prima sua maior fonte de lucro. Isso faz com que haja altos e baixos muito acentuados nas receitas dos agricultores e industriais, prejudicando o desenvolvimento das atividades agrícola e industrial. As oscilações dos preços, controladas unilateralmente pelos compradores, só beneficiarão os produtores se estes se organizarem de forma sólida em cooperativas e sindicatos, capazes de negociarem preços justos e estáveis, com reduzido número de comerciantes e industriais.

(Yoshio Namekata,
engenheiro-agrônomo da Cepa-CE)

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

ABASTECIMENTO

A **Portaria nº 76**, de 07/08/84, da **Sunab**, tabela, no município do Rio de Janeiro e em quase todo o estado de São Paulo, o pão francês para venda ao consumidor. Para o pão de 50 g foi fixado o preço de Cr$ 72. A **Portaria** reafirma, também, que continuam em vigor as normas da **Portaria Super nº 38**, de 03/10/83 (ver **Agroanalysis** nº 10, vol. 7 de outubro de 1983).

A medida, baseada na **Lei Delegada nº 4**, de 26/09/62, visa a coibir as distorções que se vinham verificando na comercialização do produto, sobretudo o excessivo aumento de seus preços (**Diário Oficial** de 09/08/84).

A **Resolução Cisa nº 10**, de 31/07/84 da Comissão Interministerial de Saúde e Agricultura dispõe a forma em que os alimentos perecíveis, industrializados ou beneficiados, deverão apresentar, no rótulo, as instruções para sua conservação nas fases de transporte, comercialização e consumo. As condições para conservação serão estabelecidas pelas empresas produtoras, devendo oferecer orientação segura para que o alimento não se torne impróprio para consumo. A **Resolução** considera próprio para consumo o alimento "que, sob condições adequadas de conservação, preserva suas propriedades nutritivas e não expõe a agravos a saúde da população". A medida entrará em vigor em 31/10/84, revogando as **Resoluções Cisa nºs 7 e 8**, de 08/06 e de 12/08, de 1983 (**Diário Oficial** de 1º/08/84).

AÇÚCAR E ÁLCOOL

O **Ato nº 38/84**, de 24/07/84, do **IAA**, modifica o volume de produção de álcool a ser realizado pelas destilarias do estado de São Paulo, aumentando-o em 2% (**Diário Oficial** de 27/07/84). O **Ato 04/84**, de 27/04, tinha fixado a produção de álcool em 5,585 bilhões de l. O presente ato afixa em 5,703 bilhões de l. Do **Ato** consta também a redistribuição do volume por tipo e a destinação segundo as destilarias.

As **Resoluções nºs 7 e 8**, de 27/07/84, do **IAA**, dispõem sobre o pagamento da cana fornecida às usinas e destilarias dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, na safra 1984/85. No estado de São Paulo, a tonelada de cana fornecida às usinas deverá ser paga em duas parcelas, a primeira correspondente a 75% do preço base, como adiantamento mensal, no período compreendido entre 1º/05/84 e 30/11/84 e, a segunda, entre 1º/12/84 e 31/01/85. Já nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, a primeira parcela, correspondente a 90% do preço base, será paga quinzenalmente. Os 10% restantes serão pagos entre 1º/12/84 e 31/01/85. Nos três estados, enquanto a primeira parcela deverá ser paga em dinheiro, a segunda poderá ser paga sob a forma de duas promissórias de igual valor com vencimento em 05/01/85 e 05/02/85. Nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde vigora o regime de pagamento pelo teor de sacarose e pureza da cana, os ágios e deságios serão pagos ou cobrados por ocasião do pagamento da matéria-prima (**Diário Oficial** de 1º/08/84).

O **Ato nº 40**, de 27/07/84, do **IAA**, amplia o cronograma de quotas mensais de fornecimento de álcool às indústrias químicas para a fabricação de derivados alcoolquímicos destinados à exportação.

O **Ato nº 41**, de 27/07/84, do **IAA**, dispõe sobre a produção de açúcar refinado granulado destinado à exportação na safra 1984/85 da **Usati/SA – Refinadora Catarinense.**

BORRACHA

A **Resolução CNB – RE nº 13**, de 02/08/84, do **Conselho Nacional da Borracha**, reajusta em 29,5% os preços básicos e reguladores das borrachas naturais nacionais.

A **Portaria nº E–67/84**, de 02/08/84, do **CNB**, fixa os preços da venda **CIF São Paulo** da borracha natural do estoque de reserva (**Diário Oficial** de 03/08/84).

COMÉRCIO EXTERIOR

A **Resolução nº 930**, de 27/07/84, do **Bacen**, reduz para zero a alí-

quota do **Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro** e sobre **Operações Relativas a Títulos e Valores e Valores Mobiliários – IOF** – incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de feijão de cores (com guias de importação emitidas a partir de 26/03/84) e de feijão preto (com guias a partir de 24/07/84) ou mediante apresentação, quando da liquidação do contrato de câmbio, da quarta via da **Declaração de Importação**, atestando o desembaraço da mercadoria até 31/12/84. O esquema de importação dos produtos caberá à **Cacex**, em articulação com a **Seap** (da Secretaria de Planejamento da Presidência da República) e a **SNAB** (Secretaria Nacional de Abastecimento da Presidência da República), que, quando for o caso, declararão, nas correspondentes guias, que as importações são realizadas no interesse da política de abastecimento do governo federal.

As **Resoluções nºs 931, 932 e 933**, de 1º/08/84, do **Bacen**, reduzem para zero as alíquotas do **IOF** incidentes na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de ovos frescos para incubação, óleos de palma e de coco em bruto e de carne bovina.

No caso das importações de ovos frescos para incubação, a redução se aplica àquelas feitas com guias emitidas a partir de 02/05/84. No caso dos óleos, a medida atinge as guias emitidas a partir de 12/06/84 com as mercadorias desembaraçadas até 30/09/94 e, no da carne, às guias emitidas a partir de 04/07/84 ou às mercadorias desembaraçadas até 31/12/84. Estas medidas visam à política de abastecimento do governo federal (**Diário Oficial** de 02/08/84).

As **Resoluções nºs 05–0650, 05–0651** e **05–0652** de 24/07/84 da **CPA** isentam de imposto de importação o feijão de cores, feijão preto e a carne bovina. A medida estará em vigor até 31/12/84.

A **Resolução nº 05–0665**, de 24/07/84, da **CPA**, prorroga, até 15/09/84, a redução de 145% na alíquota do Imposto de Importação sobre uma quota de até 13 mil t de alho, exceto em pó.

A **Resolução nº 05–0665**, de 24/07/84, da **CPA**, prorroga até 12/04/85 a isenção do Imposto de Importação para o trigo em grão (**Diário Oficial** de 03/08/84).

CRÉDITO RURAL

Em 1º/08/84, o **Conselho Monetário Nacional** reuniu-se, para, entre outros assuntos, decidir as condições de financiamento da nova safra a ser plantada no **Centro-Sul**. Os **Valores Básicos de Custeio** tiveram um reajuste médio de 263%. O **Quadro 11** apresenta os valores do **VBC** para alguns produtos e as faixas de produtividade representativas. Em relação ao ano anterior, os novos valores do **VBC** apresentaram um crescimento superior ao do **IGP–DI** que, no período, foi de 218%, embora haja indicações de que, de fato, os custos de produção tenham aumentado ainda mais (**Circular nº 876**, de 13/08/84, do **Bacen**).

Outra decisão tomada na mesma reunião do **CMN** e esta de repercussões bastante sérias, foi a alteração dos limites de adiantamento do **VBC** (**Resolução nº 940**, de 13/08/84, do **Bacen**). Foi extinta a categoria de produtores médios e os pequenos tiveram seu adiantamento reduzido de **90%** para **80%** do **VBC**, no caso dos financiamentos para **amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho** e **sorgo** e para **60%** no caso dos demais produtos, entre os quais se incluem o **algodão** e a **soja**. Os grandes produtores terão adiantamentos de **60%** e de **40%** do **VBC** para aqueles dois grupos de produtos. Os adiantamentos vigentes na safra anterior eram de **90%** para os pequenos produtores, **60%** para os médios e **40%** para os grandes, e, no caso dos financiamentos para produtores de feijão de qualquer categoria, o limite era de **100%** do **VBC**. Assim, pela nova sistemática, esta lavoura é prejudicada. Os pequenos agricultores também foram atingidos pela redução em 10% de seus limites de adiantamento.

O reenquadramento dos médios produtores em uma das outras duas categorias foi objeto de amplos debates. Se viessem a ser considerados pequenos produtores, isso aumentaria o volume de recursos a serem destinados ao crédito de custeio, entrando em conflito com a política de contenção da base monetária. Caso contrário, isto é, se a decisão fosse enquadrá-los como grandes produtores ocorreria, com bastante probabilidade, uma redução na área plantada pelo desestímulo a substancial faixa de agricultores. Em 21/08, nova reunião do Conselho Monetário estendeu aos

QUADRO 11 – VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO E AUMENTO PERCENTUAL SOBRE O ANO ANTERIOR PARA PRODUTOS E FAIXAS DE PRODUTIVIDADE SELECIONADOS

PRODUTO	PRODUTIVIDADE kg/ha	VBC Cr$ 1.000/ha	Δ%
Algodão	1.601–1.800	1.041	276
Amendoim	1.401–2.300	769	322
Arroz de sequeiro	1.001–1.300	274	269
Arroz irrigado	3.601–4.200	971	285
Feijão das águas	801–1.000	450	298
Milho	2.101–2.500	309	266
Soja	1.501–1.750	374	280

FONTE – Minagri.

produtores com produção bruta anual de até **2000 MVR** o enquadramento na categoria de pequeno produtor (**Resolução nº 949**, de 22/8, do **Bacen**). Pode-se considerar que esta medida amenizou os efeitos da **Resolução nº 940**, já que para boa parte dos tomadores de crédito rural não haverá redução no limite de adiantamento.

Outra medida adotada na referida reunião do **CMN** e posta em vigor através de **Resolução nº 938**, de 1º/08/84, do **Bacen**, é a extensão dos benefícios do **Proagro** à correção monetária dos recursos próprios dos mutuários. Pela sistemática anterior, a cobertura do **Proagro** atingia apenas os financiamentos de custeio ou investimento obtidos através do **SNCR**.

A **Resolução nº 937**, de 1º/08/84, dispõe que os créditos rurais que excederem a exigibilidade de aplicação no setor às taxas de 3% a.a. e correção monetária plena, poderão ser contratadas às taxas vigentes no mercado. Anteriormente, mesmo que os financiamentos excedessem a exigibilidade, deveriam ser contratados às taxas favorecidas.

Já a **Carta Circular 1.059**, de 02/08/84, esclarece que não devem ser computados nos saldos de aplicação obrigatória em crédito rural os financiamentos ao setor que complementarem aqueles citados no **documento nº 2** do **capítulo 5** do **Manual de Crédito Rural** (isto é, créditos de investimento e custeio no montante do limite definido pela categoria do produtor) bem como financiamentos para a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos movidos por combustível importado, desde que superiores a **100 MVR**; idem para a aquisição de bovinos com valor acima de **100 MVR**, ou para a recria e engorda; para florestamento e reflorestamento; custeio usado para cobrir "apontamentos" de usinas de açúcar (isto é, despesas com combustíveis, lubrificantes, reparo e manutenção de maquinaria industrial) e comercialização, exceto **EGF**.

A **Circular nº 869**, de 24/07/84, do **Banco Central**, determina que, na apuração das sanções por inadimplemento em operações de crédito rural e agroindustrial, a correção monetária será calculada e incorporada ao principal no último dia útil de cada mês e no dia do pagamento/recolhimento das sanções. Os novos juros exigíveis como parte das sanções incidirão sobre os valores corrigidos e serão calculados e incorporados aos valores corrigidos em 30/06 e 31/12 e no dia do pagamento ou recolhimento das sanções. Serão compensadas as parcelas do principal e dos juros eventualmente pagas (**Diário Oficial** de 25/07/84).

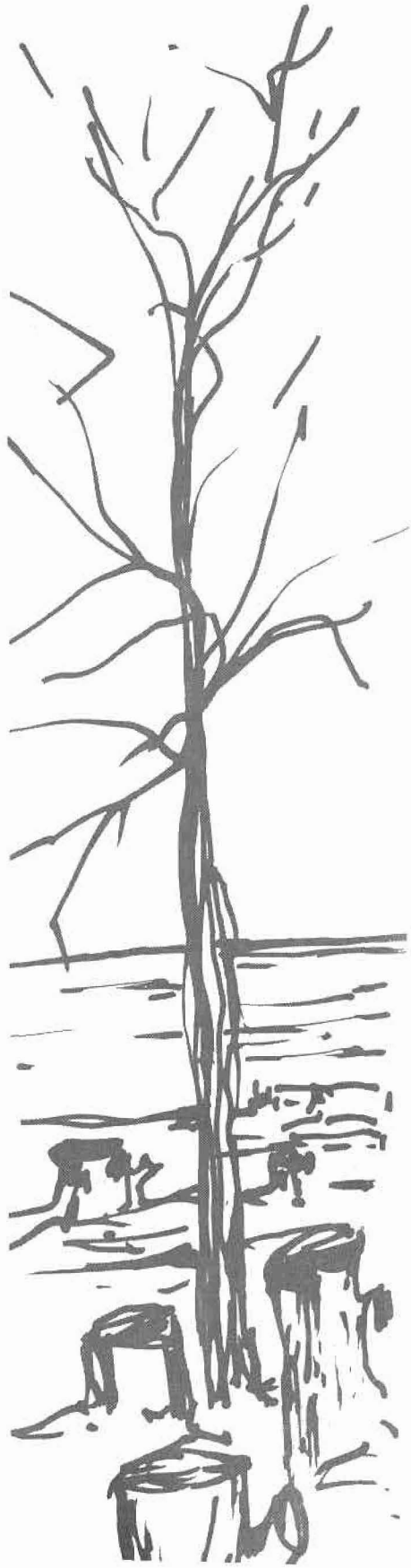
Esta **Circular** visa a esclarecer o cálculo das sanções determinadas na **Resolução nº 904** do **Bacen**, que alterou o percentual que as instituições financeiras deverão manter aplicadas em crédito rural e agroindustrial.

REFLORESTAMENTO

O **Decreto nº 89983**, de 23/07/84, altera o de nº 88207, de 30/03/83, que define as prioridades da **Política de Reflorestamento** do **IBDF**. Pelo novo **Decreto**, será admitida a execução de **Projetos Abertos** para os empreendimentos de frutíferas, xerófitas e exóticas a serem instalados nas áreas de atuação da **Sudam** e **Sudene**. Nas demais regiões do país, a área máxima de aprovação para tais projetos, independentemente das espécies a serem implantadas, está limitada a 200 ha (**Diário Oficial** de 24/07/84).

TRIGO

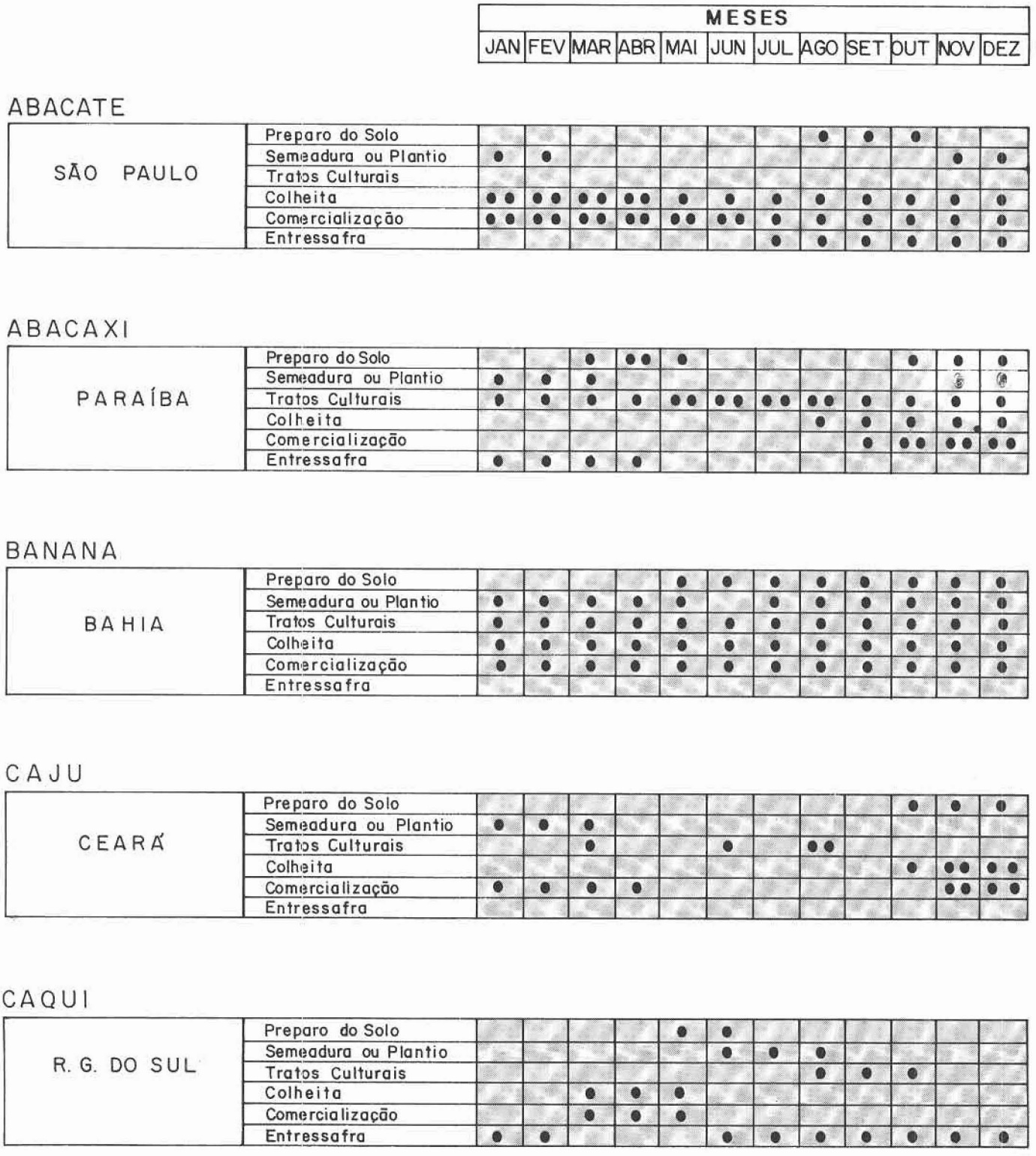
A Portaria nº 75, de 30/07/84, da **Sunab**, fixa em Cr$ 428.307/t o preço da aquisição do trigo nacional a vigorar no mês de agosto. O preço que corresponde ao produto de PH 78 é de US$ 225/t (**Diário Oficial** de 1º/08/84).



CALENDÁRIO AGRÍCOLA

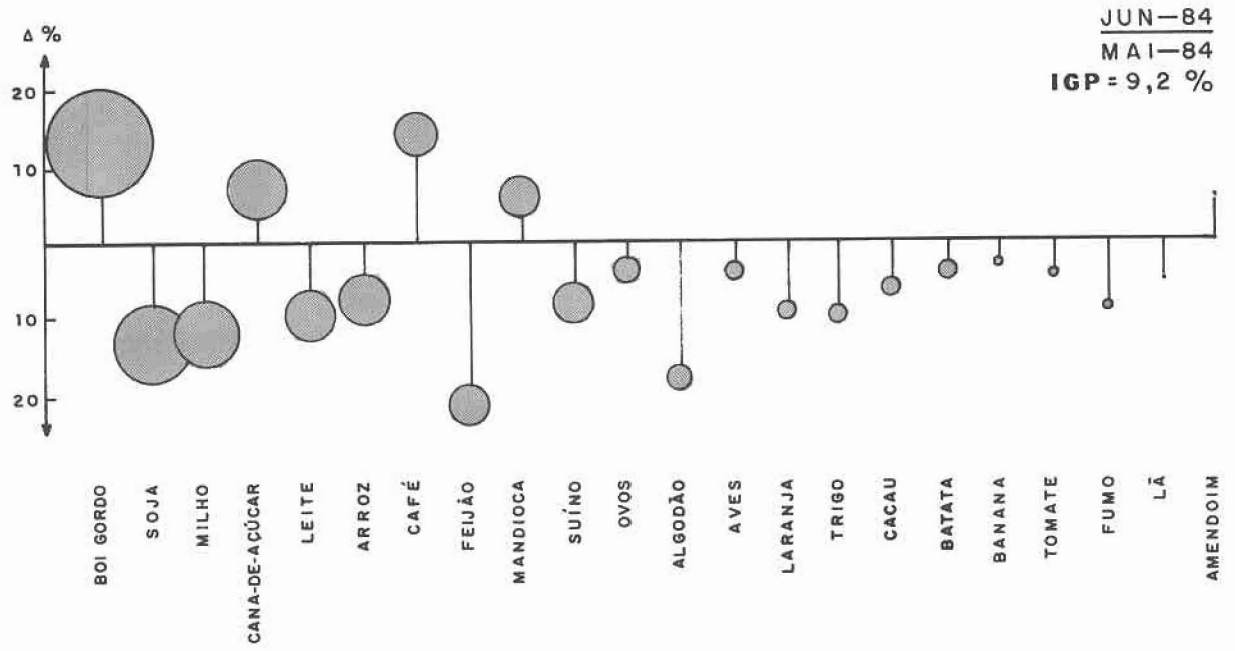
FRUTAS

PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES



Fonte: Centro de Estudos Agrícolas — FGV

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



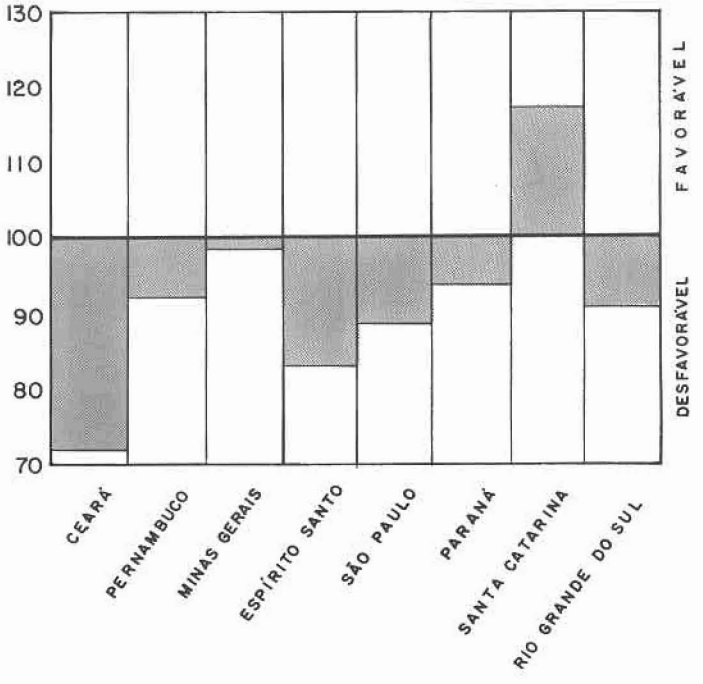
No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, relativa a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

A PARTIR DESTE NÚMERO DE **AGROANALYSIS**, OS ÍNDICES SERÃO DIVULGADOS CONFORME NOVA METODOLOGIA DE CÁLCULO, CUJA BASE É O ANO DE 1970.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS / ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS — 1970 = 100)

JUNHO 1984



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de julho).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de julho*
3 — Preço médio na última quinzena de julho*
4 — Preço médio na última semana de julho*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES												TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
					S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A		
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	10,81	4,67	4,51	4,46	4,67	4,87			5,37		5,97		6,27		6,59			Fracasso das negociações para novo Acordo Internacional e pressão de venda dos países exportadores.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	77,56	69,68	67,27	66,65		69,68		69,75			71,51		72,43		73,15			Entrada das safras do Hemisfério Norte e expectativa de uma produção mundial recorde. Espera-se queda no consumo dos EUA.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.144,12	2.164,62	2.127,70	2.075,00	2.164,62			2.128,68			2.126,48		2.144,24		2.161,67			Escassez de cacau para entrega imediata.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US ¢/lb-peso	126,94	141,44	140,56	139,45	141,44			138,51			136,93		135,63		134,68			Entrada da safra brasileira e fim do período de maior risco de geadas no país.

NOTA — "spot" de Cacau e Café suspenso.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	312,44	307,31	298,50	290,45		307,31			289,07			298,52		304,91		307,24		Fraca evolução da demanda e desenvolvimento normal da safra norte-americana.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	661,90	665,05	643,80	616,80	665,05	650,27		639,99		650,45		664,17		674,40		680,33		No período abril – junho, as exportações globais de grão e óleo cresceram 5% em relação às do mesmo período em 1983.
SOJA FARELO US$/tonelada	190,31	165,47	160,67	154,79	165,47	167,92	168,37		172,42	174,79		177,94		180,78		182,56		Exportações argentinas, brasileiras e norte-americanas apresentaram aumentos expressivos em julho, depois de quedas substanciais no trimestre anterior.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	354,20	347,66	345,43	345,78		347,66			363,30			373,24		375,86		360,44		Expectativa de que a URSS importe o recorde de 23 milhões de t de grão, entre julho de 1984 e junho de 1985.

NOTA – "spot" de Cacau e Café suspenso.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Chicago.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 — Preço médio de julho de 1983, corrigido pelo IGP, col. 2, para julho de 1984
2 — Preço médio no mês de julho
3 — Preço médio na última quinzena de julho
4 — Preço médio na última semana de julho
5 — Tendência do mercado
6 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	28.656	47.370	45.320	44.720		Há dificuldades para a exportação da quota de 60 mil t liberada pela Cacex. A safra do Nordeste deverá alcançar 200 mil t de algodão em pluma.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	34.785	34.886	37.000	37.000		A escassez do crédito de comercialização acarretou grande acúmulo do produto no Rio Grande do Sul, que deverá pressionar o mercado por algumas semanas.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	129.660	179.489	171.340	169.340		Entrada da safra e insegurança quanto à disponibilidade de recursos para o crédito de comercialização.
BOI GORDO Cr$/arroba	28.195	33.000	33.000	33.000		Menor fluxo de animais para abate, devido à entressafra. Queda no consumo, motivada pelo achatamento salarial.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	58.719	73.864	72.500	72.500		A oferta da safra da seca prossegue, garantindo um abastecimento regular. Ingresso da safrinha de São Paulo.
FRANGO Vivo Cr$/kg	825	1.004	1.038	1.070		Anúncio das exportações aquece momentaneamente o mercado.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	11.530	11.409	12.515	12.950		Retração da oferta de pintos de corte.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	22.520	22.130	21.970	21.880		Melhores preços em Chicago ativam as vendas internas.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo: Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

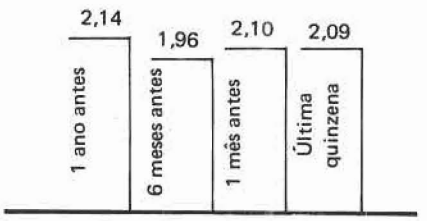
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (**bushel**).

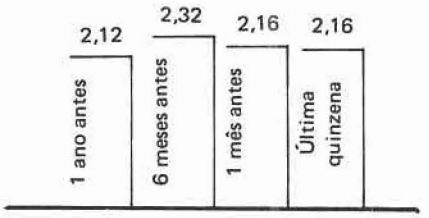
A queda de 3,5% ocorrida no preço do algodão durante a última quinzena pode ser explicada pela conjugação de uma fraca demanda no mercado norte-americano com a entrada de uma safra abundante nos EUA, o que afetou a relação.

Algodão/Soja



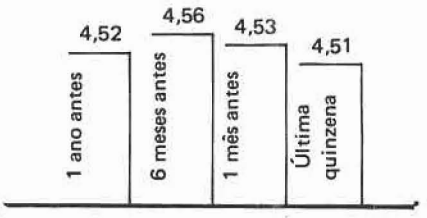
A reduzida procura pelo farelo de soja, aliada ao bom desenvolvimento da safra norte-americana de soja, tem mantido as cotações sob pressão. A média da última quinzena é 16% menor do que aquela de há seis meses.

Soja/Milho



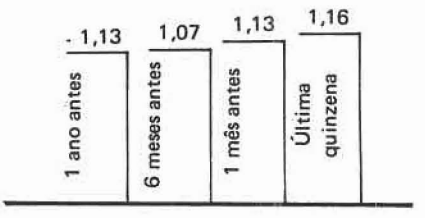
À tendência baixista dos preços do algodão durante a última quinzena associou-se a queda na cotação do milho, devida à perspectiva de a oferta norte-americana deste último alcançar 207,4 milhões de t, para uma necessidade total 12% menor do que no ano anterior.

Algodão/Milho



A perspectiva de que a safra mundial de trigo venha a alcançar o recorde de 498 milhões de t não tem permitido a recuperação de suas cotações, que, na última quinzena do mês, apresentaram um valor médio 2,1% menor do que aquele de há seis meses. Tendo em vista a perda de 9,7% no preço do milho no período, este indicador continua apontando desvantagem comparativa ao cultivo do milho.

Trigo/Milho

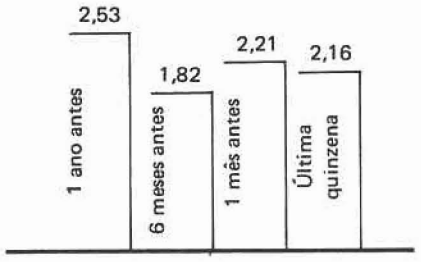


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

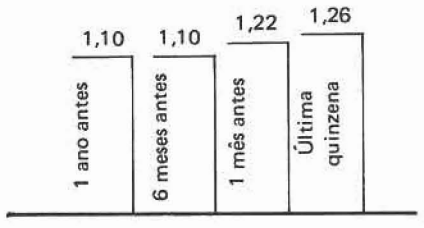
A pressão da menor oferta do frango se fez sentir no mercado atacadista, tendo em vista que, durante o mês de junho, a produção de pintos de corte foi 8,4% inferior à de um ano antes. Nos sete primeiros meses de 1984, a produção de carne de frangos foi 14% menor do que no mesmo período de 1983.

Boi Gordo/Frango Vivo



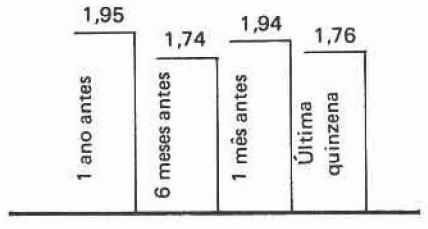
A estabilidade do preço da ração de ave de corte durante a quinzena, em comparação com a média do mês, proporcionou um aumento, ainda que marginal, da lucratividade dos criadores de aves, no período. Sua situação atual diverge bastante daquela de há um ano, tendo em vista, basicamente, o fraco movimento dos preços do milho registrado de janeiro a junho do corrente ano.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



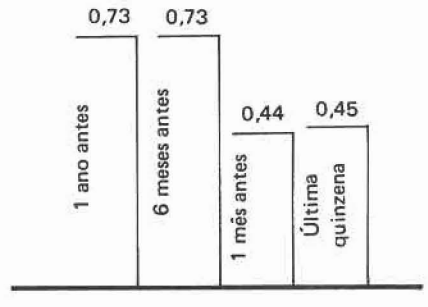
O anúncio da abertura das exportações do milho recém-colhido trouxe novo alento ao mercado. Durante a quinzena em pauta, o preço médio do grão alcançou um patamar quase 10% superior ao da média do mês, enquanto que o preço da soja caía ligeiramente.

Soja/Milho



A maior oferta do feijão carioquinha, oriundo da safra da seca, implicou em queda de 1,8% em seu preço durante a última quinzena, em comparação com a média do mês. Tendo em vista o fato de o preço do feijão preto ter-se mantido praticamente inalterado no período, não sofreu maior alteração o preço relativo.

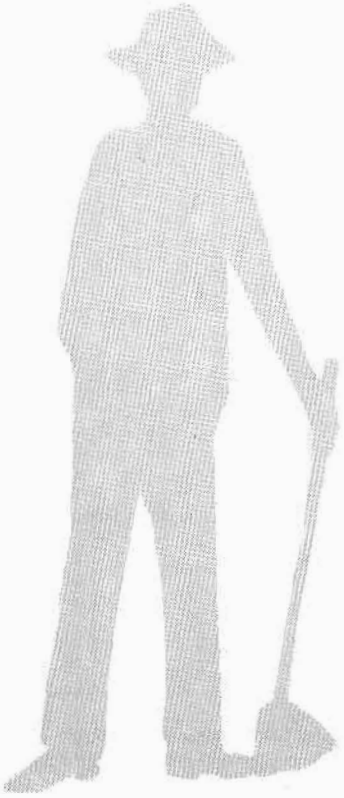
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado, no nível do Brasil como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias — CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 12 — LAVOURAS — ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1984, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE JUNHO[1]

ESPECIFICAÇÃO		ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi		32.434	(3)	626.463
Algodão		3.107.331		2.099.952
Algodão arbóreo		1.491.528		317.331
Algodão herbáceo		1.615.803		1.782.621
Alho		12.178		44.565
Amendoim		152.380		251.461
Amendoim (1ª safra)		107.310		189.506
Amendoim (2ª safra)		45.070		61.955
Arroz		5.343.446		9.039.298
Aveia		85.296		95.981
Banana		394.054	(4)	466.556
Batata-inglesa		159.116		1.901.819
Batata-inglesa (1ª safra)		101.720		1.235.126
Batata-inglesa (2ª safra)		57.396		666.693
Cacau		548.104		401.293
Café		2.233.576		2.996.274
Cana-de-açúcar		3.842.773		246.799.783
Cebola		65.982		683.455
Centeio		3.642		3.508
Cevada		100.855		102.297
Coco-da-baía		165.541	(3)	531.319
Feijão		5.303.616		2.674.494
Feijão (1ª safra)		2.821.137		1.406.988
Feijão (2ª safra)		2.482.479		1.267.506
Fumo		299.528		429.072
Guaraná	(2)	275		56
Juta		23.110		23.298
Laranja		631.404	(3)	60.743.617
Malva		56.050		57.063
Mamona		403.937		266.116
Mandioca		1.809.427		21.031.642
Milho		12.167.643		21.117.295
Pimenta-do-reino		20.303		43.254
Rami		4.350		8.900
Sisal		323.208		226.243
Soja		9.439.630		15.615.837
Sorgo granífero		167.905		333.687
Tomate		42.269		1.485.782
Trigo		1.899.215		1.977.830
Uva		55.969		602.805

FONTE — IBGE.
[1] Dados preliminares, sujeitos a retificações. [2] Informações referentes a estados responsáveis, em conjunto, por menos de 5% da produção do país. [3] 1.000 frutos. [4] 1.000 cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Renato Correia Paes.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib